

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÍVEL MESTRADO**

JAQUELINE SOARES NASCIMENTO

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS INTEGRAÇÕES ECONÔMICAS DA UNIÃO
MONETÁRIA EUROPEIA E MERCOSUL**

São Leopoldo

2013

JAQUELINE SOARES NASCIMENTO

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS INTEGRAÇÕES ECONÔMICAS DA UNIÃO
MONETÁRIA EUROPEIA E MERCOSUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Divanildo Triches

São Leopoldo

2013

Nascimento, Jaqueline Soares do

N 244 Uma análise comparativa nas integrações econômicas da União monetária Européia e Mercosul./ Jaqueline Soares do Nascimento. – Salvador, 2013.

f. il.; fig.; graf.; quad.; tab.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, UNISINOS, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Divanildo Triches.

1. Integração econômica. 2. Economia internacional. 3. Mercosul. 4. União monetária - Europa. 5. União monetária – Países do Mercosul. I. Triches, Divanildo. II. Título. III. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

CDD – 337.1

ATA MEC Nº. 01/2013

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2013, às 14h, reuniu-se na sala 5A306, a Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação composta pelos professores: Divanildo Triches, Orientador e Presidente; Igor Alexandre Clemente de Moraes, UNISINOS; Tiago Wickstrom Alves, UNISINOS e Ana Paula Menezes Pereira, UDESC, para analisar e avaliar a Dissertação intitulada "UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS INTEGRAÇÕES ECONÔMICAS DA UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA E MERCOSUL", apresentada pela aluna **Jaqueline Soares Nascimento**, candidata ao título de Mestre em Economia. Após a apresentação, arguição e defesa, a Banca atribuiu o seguinte conceito:



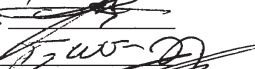


Conceito Final: _____ (APROVADA)

As alterações sugeridas pela Banca Examinadora são as seguintes:

FAZER CORREÇÕES SOLICITADAS PELAS MEMBRES DA BANCA NO PRAZO DE 30 DIAS

A aluna deverá apresentar a versão final do trabalho com as modificações propostas pela Banca Examinadora da Dissertação, no prazo máximo de 30 dias, mediante supervisão do Orientador. São Leopoldo, 22 de fevereiro de 2013.

Mestranda: Jaqueline Soares Nascimento
Prof. Orientador: Dr. Divanildo Triches
Membro: Prof. Dr. Igor Alexandre Clemente de Moraes
Membro: Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves
Membro: Profa. Dra. Ana Paula Menezes Pereira

Assinatura: 
Assinatura: 
Assinatura: 
Assinatura: 
Assinatura: 

Secretária: Patricia Pianetti Gauss

Aos meus pais, Antonio e Rosereide, meu irmão João Victor, minha vó Delzuita e meu namorado Lucas, por trilharem comigo este caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos meus pais que são o meu exemplo de vida. Ao carinho, preocupação e zelo da minha família, as ligações de “fofa”, uma mãe realmente especial; à preocupação e conselhos do meu amado pai, que me impulsionou a fazer o mestrado e sempre me incentivou a crescer e dar o melhor de mim; ao meu irmão João Victor e a extraordinária atenção dos meus avôs: Delzuita e José. Uma família que se fez presente me apoiando e me guiando quando necessário.

Ao meu namorado Lucas, por toda a compreensão, estímulo e carinho em todos os momentos que precisei. Também por fazer de tudo para me ver feliz, por se fazer presente sempre, mesmo do outro lado do país. Obrigada por toda a tua paciência e pelo incentivo principalmente nos momentos de fraqueza.

Agradeço a minha família escolhida, os verdadeiros amigos que colaboraram para o meu crescimento, os amigos adquiridos ao longo dessa caminhada e os que me acompanham desde a infância. Aos colegas do mestrado das turmas de administração, contabilidade e economia por todo o companheirismo e amizade. Em especial a colega Cyntia Calixto pela parceria em todos os momentos. Sem o apoio incondicional de vocês, este sonho não seria possível.

Meu agradecimento a Capes e a Unisinos pelo apoio institucional, oferecido durante o curso. Também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Economia. Ao professor Dr. André Filipe Zago de Azevedo, por ter me proporcionado a concessão da bolsa que permitiu o início do Mestrado em Economia, ao coordenador Prof. Dr. Dr. Tiago Wickstrom Alves que me possibilitou a participação no Projeto Estruturante, pelos ensinamentos e por ter auxiliado no meu crescimento.

Meu agradecimento especial ao meu admirável orientador Prof. Dr. Divanildo Triches pelo incentivo, acompanhamento e por acreditar em mim. Também pelos ensinamentos apreendidos durante o estágio de docência e disciplina do curso de mestrado.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho. Para vocês, ofereço esta página...Muito obrigada a todos!

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar comparativamente as integrações econômicas do Mercosul e da União Monetária Europeia. A metodologia é baseada na análise de estatística descritiva, com dados secundários relacionados à taxa de crescimento, taxa de desemprego, inflação, bem como às taxas de câmbio, no intuito de avaliar o desvio e correlação dessas variáveis nas integrações. De 1999 a 2011, os resultados apontaram significativa volatilidade nas economias do Mercosul e as flutuações observadas na taxa de crescimento, no emprego, preços e taxas de câmbio são minimamente correlacionadas dentro da região do Mercosul, os níveis de correlação no período de 2000 a 2011 foram muito inferiores aos verificados na década de 90. Os resultados indicaram um grau de abertura da economia baixo na União Monetária Europeia e um pouco maior no Mercosul neste mesmo período, o que indica maiores custos em abandonar a política cambial doméstica e ingressar em uma união monetária; a diversificação setorial no ano de 2011 foi verificada tanto nas economias do Mercosul quanto na UME; e a plena mobilidade do fator trabalho ainda é uma realidade distante para as integrações econômicas diante da baixa mobilidade na União Monetária Europeia e redução do percentual de migrantes intra sul-americanos no bloco latino. O Mercosul apresentou nítidos retrocessos quanto as excessivas medidas restritivas adotadas pelos países participantes e a dificuldade em implementar a livre circulação de bens e serviços entre os países. Na UME, a rigor os critérios de convergência não tem sido sistematicamente cumpridos pelos países aderentes à unificação monetária no ano de seu ingresso e essa flexibilização no que tange a convergência monetária da integração europeia permanece no período recente, pois as economias europeias ainda não conseguiram se recuperar.

Palavras-chave: Áreas Monetárias Ótimas. União Monetária Europeia. Mercosul.

ABSTRACT

The main goal of this master dissertation is analyzing the economical integration between Mercosur and European Monetary Union. The methodology selected is descriptive statistics using secondary data, which are related to growth rate, unemployment rate, inflation as well as exchange rate in order to evaluate the deviation and correlation among these variables in the economical integration. From 1999 to 2011 the results have shown significantly volatility in the Mercosur's economies. The observed flotation on growth rate, employment, prices as well as exchange rates were minimally correlated within Mercosur's region and the correlation level from 2000 to 2011 were lower than the nineties. The results indicated a lower grade of economic openness in the European Union and slightly better in the Mercosur during 2000- 2011 period, indicating higher costs to abandon the domestic cambial policy and commence in a monetary union; the sectorial diversification in 2011 was verified in both economies and the full labor mobility still is a distant reality for economic integration considering the lower mobility presented by European Union and the reduction of South American immigrants in the Latin bloc. The Mercosur has presented regression regarding restrictive measures adopted by the participating countries and the obstacles to implement the free circulation of goods and services among the countries. In the European Union, the convergence criteria have not been systematically fulfilled by the countries, which adhered the monetary unification in the year of their admission. This flexibility in the monetary convergence in the European Union remains until nowadays, because the European economies could not retrieve from the financial crisis.

Key words: Optimal Currency Areas. European Monetary Union. Mercosur.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da taxa de desemprego dos países europeus no período de 1999 a 2009 (%)	35
Gráfico 2 - Comportamento da taxa de inflação anual na Zona do Euro no período de 1999 a 2009 (%)	37
Gráfico 3 - Evolução da taxa de juros anual na Zona do Euro no período de 2000 a 2009 (%)	39
Gráfico 4 - Evolução da dívida pública anual em relação do PIB na Zona do Euro no período de 1999 a 2009 (%).....	39
Gráfico 5 - Déficit orçamental anual em relação ao PIB na Zona do Euro no período de 1999 a 2009 (%)	40
Gráfico 6 - Evolução da taxa de crescimento do PIB da Zona do Euro no período de 1999 a 2009 (%)	41
Gráfico 7 - Exportações intrabloco e extrabloco da União Europeia e UME no período de 2002 a 2009 (em bilhares de euros).....	42
Gráfico 8 - Evolução da taxa de desemprego dos países europeus no período de setembro de 2011 a agosto de 2012 (%)	43
Gráfico 9 - Comportamento da taxa de inflação na Zona do Euro no período de novembro/2011 a setembro/2012 (%)	45
Gráfico 10 - Evolução da taxa de juros na Zona do Euro no período de outubro/2011 a setembro/2012 (%)	46
Gráfico 11 - Resultado orçamental em relação ao PIB na Zona do Euro no ano de 2011(%) .	48
Gráfico 12 - Comportamento trimestral da taxa de crescimento do PIB da Zona do Euro no período de janeiro/2010 a setembro/2012	50
Gráfico 13 - Comportamento da taxa de inflação anual dos países do Mercosul no período de 1999 a 2011 (%)	57
Gráfico 14 - Comportamento da taxa de juros dos países integrantes do Mercosul no período de 1999 a 2011 (%).....	58
Gráfico 15 - Total da balança comercial intra e extra Mercosul no período de 2007 a fevereiro de 2012 (em bilhões de dólares - US\$ FOB)	60
Gráfico 16 - Número de medidas restritivas contra o livre comércio no Mercosul em 2012 ..	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Custos e benefícios potenciais de uma Área Monetária Ótima.....	25
Quadro 2 - Os critérios de convergência de Maastricht estabelecidos pelo Relatório Delors em 1991	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Câmbio em ECU em relação às moedas nacionais dos países participantes da EU, que após foi convertido em euro	33
Tabela 2 - Evolução da dívida pública em relação ao PIB na Zona do Euro de janeiro/2010 a setembro/2012	47
Tabela 3 - Evolução da taxa de desemprego no Mercosul no período de 1999 a 2012 (%)....	56
Tabela 4 - Investimento Direto Estrangeiro nos países-membros do Mercosul - 1991 a 2010 (em milhões de dólares).....	60
Tabela 5 - Indicadores do grau de abertura da economia americana em comparação com o Mercosul e União Monetária Europeia no período de jan./2000 a dez./2011	66
Tabela 6 - Desvio padrão das principais variáveis econômicas do Mercosul, UME e Estados Unidos no período de 2000 a 2011	68
Tabela 7 - Participação setorial no Produto Interno Bruto nominal em 2011(%)	69
Tabela 8 - Correlação da taxa de inflação e taxa de câmbio das economias do Mercosul no período de 2000 a 2011.	70
Tabela 9 - Correlação da taxa de desemprego e taxa de crescimento das economias do Mercosul no período de 2000 a 2011.	71
Tabela 10 - Indicadores do grau de abertura da economia brasileira em comparação com o Mercosul e com outros grupos de economias ao longo da década de 90.	80
Tabela 11 - Participação da produção total por categorias dos países do Mercosul e das principais economias mundiais (%).....	80
Tabela 12 - Correlação da taxa de crescimento do produto real e da taxa de desemprego na região do Mercosul nos anos 90	81
Tabela 13 - Correlação da taxa de inflação e da taxa de câmbio bilateral das economias do Mercosul nos anos 90	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALAI	Agência Latino-americana de Informação
ALICE	Análise das Informações de Comércio Exterior
AMO	Área Monetária Ótima
BCE	Banco Central Europeu
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DEM	<i>Deutsche Mark</i> – Marco da República Federal da Alemanha
ECU	Unidade Monetária Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos</i>
IFS	<i>International Financial Statistics</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
G20	O Grupo das 20 maiores economias do mundo
GMM	Grupo de Monitoramento Macroeconômico
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul	Mercado Comum dos países do Cone Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTC	Mecanismo de Taxas de Câmbio
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SME	Sistema Monetário Europeu
TEC	Tarifa Externa Comum
EU	União Europeia
UME	União Monetária Europeia
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UNECE	<i>United Nations Economic Commission for Europe</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA.....	15
2.1 TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS.....	15
2.2 MODELO DE COORDENAÇÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA.....	20
2.3 UMA SÍNTESE DOS ESTUDOS EMPÍRICOS	23
3 UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA INTEGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	28
3.1 ANTECEDENTES DO TRATADO DE MAASTRICHT À ADOÇÃO DO EURO	28
3.2 DA FASE PÓS EURO À CRISE MUNDIAL DE 2008.....	33
3.3 O PÓS-CRISE E A SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL.....	42
4 A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES DO MERCOSUL.....	53
4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS DO MERCOSUL	53
4.2 AVANÇOS E RETROCESSOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	61
4.3 AVALIAÇÃO COMPARATIVA ENTRE MERCOSUL, UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS.....	64
5 CONCLUSÕES.....	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXO A - TABELAS	80

1 INTRODUÇÃO

O Mercosul está completando pouco mais de duas décadas. Isso permite uma análise sobre a integração econômica e seus efeitos sobre os principais países da América Latina. A falta de coordenação das políticas macroeconômicas está entre os principais problemas relacionados ao processo de integração dos países do Mercosul. A ausência de uma coordenação em nível macroeconômico não só colabora para disseminar a instabilidade nos países do bloco, mas pode também afastar os investidores estrangeiros.

Por outro lado, a crise financeira de 2008 renova o interesse acadêmico pela experiência da unificação monetária europeia, na medida em que representa a formação de uma união monetária entre países de grande relevância na economia internacional. Tal integração é aqui utilizada para ilustrar os efeitos de aderir a um acordo de taxas fixas de câmbio, os benefícios e custos econômicos da união monetária, bem como ilustrar os problemas enfrentados pela União Monetária Europeia.

Nesse contexto, algumas questões são abordadas neste trabalho como: se os países dentro do Mercosul são integrados a partir de um ponto de vista econômico, a identificação de grupos homogêneos de países dentro do bloco e o que torna os países dentro de grupos semelhantes, além de quais os principais problemas enfrentados pela integração econômica europeia, antes e após a crise de 2008.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar comparativamente as integrações econômicas do Mercosul e da União Monetária Europeia. De forma mais específica, o presente trabalho objetiva: (i) apresentar a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas; (ii) analisar as estratégias adotadas pela União Monetária Europeia para a formação de sua integração nos diversos ambientes econômicos; (iii) examinar a situação econômica do Mercosul e da União Monetária Europeia; (iv) contribuir para subsidiar a discussão sobre o grau de aproximação da União Monetária Europeia e do Mercosul de uma área monetária ótima.

No meio acadêmico, pesquisadores analisam a possibilidade de aprofundamento da integração econômica por meio de uma unificação monetária entre os países da região. Tais propostas já ultrapassaram os limites da academia e ganharam uma conotação oficial, com a menção feita na declaração dos quatro presidentes do Mercosul na reunião de Ushuaia na Argentina em 1998. De fato, nessa reunião, os quatro presidentes do Mercosul formalizaram um acordo para iniciar os procedimentos para a instituição da moeda comum do Mercosul, a partir da convergências das políticas fiscais e monetárias dos países membros. Isso foi apresentado como embrião da moeda comum sul-americana, segundo informações de Assis (2006).

As exportações Intra-Mercosul passaram de US\$ 14,769 bilhões em 1990 para US\$ 25,775 bilhões em 2006. O percentual Intra-Mercosul sobre o total passou de 0,59% em 2007 para 7,67% em 2011. (BRASIL, [2012a]). Porém, apesar do crescimento das exportações e intensificação do comércio entre os países fundadores do Mercosul ao longo desses 21 anos que a integração constitui pode-se afirmar que não houve um aprofundamento da integração. Esse permanece ao longo do período analisado (até Fevereiro de 2012) representando uma parcela muito inferior com relação ao comércio Extra-Mercosul.

De acordo com Stocco (2005) são características do Mercosul: a pouco expressiva reputação macroeconômica da região, a dependência de financiamentos extra regionais e a instabilidade da taxa de câmbio dos participantes da integração. Triches (2003) também afirma que as economias argentina e brasileira tem historicamente apresentado grande instabilidade macroeconômica, com relevantes flutuações das suas taxas de inflação e câmbio.

Essa variabilidade cambial tende a prejudicar o comércio e dificultar comparações de preços entre países, requer que importadores e exportadores incorram em custos extras e reduz o volume do comércio regional, como discute Eichengreen (1998). Como alternativa a esse cenário faz-se importante uma análise das condições e possibilidades de aproximação do Mercosul a uma área monetária ótima, no intuito de aprofundamento e consolidação da integração econômica.

Com a finalidade de melhor apresentar os resultados desta pesquisa, estruturou-se a dissertação em três capítulos além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica, onde são examinados os aspectos teóricos de uma Integração econômica e monetária na visão dos três autores pioneiros na Teoria das Áreas Monetárias Ótimas: Mckinnon (1963), Mundell (1961) e Kenen (1969). Também é apresentado um modelo de coordenação de política Monetária e por fim os principais estudos empíricos sobre o tema com o Dorrucci et al. (2002) e Frankel e Rose (1997) que tratam respectivamente de um teste de endogeneidade de critérios importantes para a determinação de uma área monetária ótima e de um índice criado para medir o grau de integração econômica e institucional de uma região.

No segundo capítulo é feita uma análise da experiência europeia que permite verificar os benefícios e custos econômicos desse tipo de integração. São apresentados os antecedentes históricos da integração europeia, desde o Tratado de Maastricht à adoção do euro. Nesse capítulo é realizado um contraponto com os critérios de convergência proposto por Delors, são apresentadas informações sobre: taxa de crescimento do PIB, taxa de inflação, taxa de juros, déficit, dívida pública e setor externo. Permitindo constatar que no período avaliado há uma grande heterogeneidade econômica entre os países pertencentes a Zona do Euro e a rigor

os critérios de convergência não tem sido sistematicamente cumpridos pelos países aderentes a unificação monetária no ano de seu ingresso. A flexibilização no que tange a convergência monetária dessa integração permanece no período pós crise, pois conforme será demonstrado as economias europeias ainda não conseguiram se recuperar.

No terceiro capítulo, a adequação do Mercado Comum do Sul aos critérios de uma área monetária ótima é discutida posteriormente ao estudo dos antecedentes históricos da integração econômica e uma análise dos aspectos econômicos do Mercosul e dos avanços e retrocessos da integração econômica, para permitir uma avaliação comparativa com a União Monetária Europeia e os Estados Unidos. Foram constatados nítidos retrocessos no Mercosul e o distanciamento dessa integração a uma Área Monetária Ótima. E, por fim, apresenta-se a conclusão, onde são relatados os principais resultados da pesquisa realizada e indicadas algumas recomendações para futuros trabalhos nesta área.

2 ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA

Neste capítulo, aborda-se teoria das áreas monetárias ótimas na visão dos três autores pioneiros: Mckinnon (1963), Mundell (1961) e Kenen (1969). Também é apresentado um modelo de coordenação de política monetária entre países e por fim, faz-se uma sintética abordagem de alguns estudos empíricos de análise de Integração econômica e monetária, a partir dos ensinamentos teóricos apreendidos na teoria das áreas monetárias ótimas.

Há duas fases na literatura da Teoria das Áreas Monetárias bem nítidas para os estudiosos desse tema. Na década de 1960, tem-se primeiramente uma ênfase no enunciado de critérios para formação de uma área monetária ótima, com estudos iniciados por Mundell (1961). A segunda fase, iniciada na década de 1970, concentra-se na análise dos custos e benefícios da unificação monetária.

A discussão aqui está organizada como segue. No item 2.1 é realizado o levantamento da teoria original das Áreas Monetárias Ótimas, logo após é apresentada a seção acerca de um Modelo de Integração Econômica, no item 2.2. E no item 2.3, uma síntese dos estudos empíricos sobre áreas monetárias.

2.1 TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS

As áreas monetárias ótimas são grupos de regiões com economias intimamente relacionadas pelo comércio de produtos e serviços e pela mobilidade dos fatores, de acordo com Krugman e Obstfeld (2009). A migração de mão de obra dentro da área deve ser suficientemente alta (condição necessária para que seja mantido o pleno emprego e para suavizar os efeitos dos choques assimétricos entre as regiões) e os fluxos de capitais também devem apresentar elevada mobilidade entre os países, fluindo para as regiões mais atrativas, até que seja equalizada a taxa de retorno, complementa Triches (2003). São apresentadas a seguir as ideias dos três autores pioneiros na Teoria das Áreas Monetárias: Mckinnon (1963), Mundell (1961) e Kenen (1969).

Em pleno funcionamento de Bretton Woods, Mundell (1961) sugeriu a criação das Áreas Monetárias Ótimas (AMO) objetivando aumentar a eficácia dos regimes cambiais. Ele argumentou a partir de um exemplo hipotético de um choque de demanda entre duas regiões, denominadas A e B, cada uma delas especializada na produção de um bem. Ele supõe dois países A e B se encontram inicialmente com balanço de pagamentos em equilíbrio e em pleno

emprego. Assume uma mudança de demanda de mercadorias do produto da região B para o produto da região A. Dado que salários e preços não podem ser reduzidos no curto prazo sem causar desemprego e que as autoridades monetárias atuam de maneira a evitar a inflação, gera-se desemprego em B e pressão inflacionária em A. Com salários nominais rígidos, movimentos na taxa de câmbio são usados para alterar os salários reais e restaurar os níveis de equilíbrio do emprego, dos preços e do balanço de pagamentos.

Nessa situação, se os bancos centrais de ambos os países decidirem expandir a oferta de moeda para corrigir o desemprego em B, a inflação em A persistirá. Se contraírem a oferta de moeda para reduzir a inflação em A, o desemprego em B persistirá. Neste caso, dadas as moedas nacionais, taxas de câmbio flexíveis seriam efetivas apenas para equilibrar o balanço de pagamentos entre os dois países, mas não para estabilizar a inflação e o nível de emprego simultaneamente. O argumento de Mundell (1961) sobre AMOs é de que as taxas de câmbio flexíveis somente recuperariam sua eficácia para estabilizar o emprego e a inflação se as moedas nacionais pudessem ser adequadamente reorganizadas em uma moeda única para uma determinada região. Com salários nominais rígidos, apenas a mobilidade do fator trabalho seria capaz de substituir a taxa de câmbio como instrumento de ajuste. Por isso, no seu entendimento, as AMOs deveriam ser caracterizadas por substancial mobilidade do trabalho.

De acordo com Ishiyama (1975), Mundell deriva deste argumento o princípio de que deve haver um alto grau de mobilidade dos fatores para que as taxas de câmbio fixas sejam utilizadas em coerência com a estabilidade de preços e pleno emprego, o primeiro critério de área monetária ótima estabelece a plena liberdade de movimentação do fator trabalho como sendo a variável de ajuste dos choques macroeconômicos. Para Ishiyama (1975), se a mobilidade do trabalho é para ser usada como mecanismo de ajuste, os indivíduos em uma área com demanda reduzida serão forçados a deixar suas casas e se deslocar para lugares distantes com valores potencialmente muito diferentes, hábitos e climas. O custo real da migração, bem como os custos psíquicos de se ajustar a um ambiente novo, serão envolvidos. Portanto, o autor acredita que a mobilidade laboral é um substituto inadequado para o mecanismo de ajuste.

Mckinnon (1963) desenvolve outro critério da Teoria das AMOs ao discutir a influência da abertura da economia, ou melhor, a proporção de bens comercializáveis e não comercializáveis, sobre o problema de conciliação do balanço interno com o externo, com ênfase na necessidade de estabilidade interna do nível dos preços. Isso, ao dar prosseguimento à busca de Mundell (1961) em determinar as características que definem o tamanho ótimo de uma área monetária.

O ótimo é usado para descrever uma área monetária dentro da qual a política monetária-fiscal e as taxas de câmbio externas podem ser usadas para dar a melhor resolução de três objetivos, às vezes conflitantes: i) a manutenção do pleno emprego, ii) a manutenção de um balanço de pagamentos equilibrado e iii) a manutenção de um nível de preços estável internamente, como explica Stocco (2005).

A eficiência da taxa de câmbio para corrigir desequilíbrios externos diminui com a abertura. *Coeteris paribus*, quanto maior for o grau de abertura da economia, menor será o custo de abandonar a política cambial doméstica e ingressar em uma união monetária, conforme mostra Mckinnon (1963). Ele sinaliza a extensão ótima de uma área monetária em termos de seu tamanho e sua estrutura, a razão entre os produtos comercializáveis pelos não comercializáveis, para promover mudanças nos recursos entre as várias indústrias. O grau de imobilidade interna de recursos entre as indústrias é tratado como um obstáculo a ser superado. Embora Mckinnon (1963) não os apresente de forma clara, dois aspectos de uma pequena economia aberta podem levar a dificuldades na utilização de taxas de câmbio flexíveis: a gestão da demanda e a ilusão monetária na determinação dos salários.

Primeiro Mckinnon (1963) enfatiza que quando uma economia aberta emprega taxas de câmbio flexíveis para corrigir déficit externo é provável que sofram de maior instabilidade de preços. Quando a variação cambial é usada, os preços dos bens comercializáveis em moeda doméstica muda em iguais proporções, uma vez que a economia é aberta e exposta a alta elasticidade da demanda e da oferta de bens. Quando a economia deprecia ou aprecia sua moeda, o índice geral de preços, envolvendo bens comercializáveis e não comercializáveis flutuará mais do que em uma economia relativamente fechada, reduzindo assim a liquidez de sua moeda.

O segundo aspecto referido por Mckinnon (1963), tão relevante em uma economia aberta, é a provável ausência de ilusão monetária. Em uma área onde a proporção das importações no consumo é grande, o efeito da renda real das variações cambiais seria tão óbvio para os residentes que não aceitariam mudanças salariais vinculadas a um índice de preços excluindo importações. Se fosse o caso de uma ausência de ilusão monetária, a variação cambial se tornaria um instrumento ineficaz para corrigir o desequilíbrio externo. No caso extremo de uma economia totalmente aberta, o autor enfatiza que as variações cambiais causarão variações nos custos.

Se a moeda de uma pequena área monetária não é ancorada a uma grande área e se sua liquidez é menor, os poupadores acumulam riqueza na moeda mais líquida. Segundo Mendonça (2004), esse movimento ocorre mesmo quando a eficiência marginal do

investimento da pequena área é maior do que o investimento externo. Logo, pequenos países com moedas fracas tendem a financiar o déficit do balanço de pagamentos de países que possuem moedas mais demandadas. Essa é uma situação importante para ilustrar como o sistema de taxas de câmbio flexível só é eficiente para a manutenção do balanço externo quando a liquidez da moeda é da mesma ordem que a das moedas mais demandadas no mundo.

Para Corden (1972), o critério de abertura só se aplica às mudanças microeconômicas de demanda que ocorrem domesticamente e não se aplica a distúrbios macroeconômicos que ocorrem no exterior. E observa que mesmo quando a suposição de Mckinnon (1963) de estabilidade em relação ao ambiente externo se aplica não se pode afirmar que há um ganho positivo no emprego de taxas de câmbio fixas, pois para o autor só significa que quanto mais aberta a economia, menos caro é para manter taxas de câmbio fixas.

Duas definições sobre os argumentos de Mundell (1961) merecem destaque: uma sobre otimalidade e a outra sobre áreas econômicas são desenvolvidas por Kenen (1969). O ótimo aqui definido está relacionado com as características do mercado de trabalho. Se o regime cambial predominante, flexível ou fixo, pode manter o equilíbrio externo sem criar desemprego (ou, inflação de salários induzida pela demanda), esse regime é ótimo. Mas, pelo contrário, se o regime monetário dentro de uma determinada área provoca desocupação em alguma parte dela (ou, obriga alguma outra parte da mesma em aceitar inflação como solução ao desemprego), não é ótimo, como explana Stocco (2005).

O delineamento de uma região econômica se define como uma coleção homogênea de produtores que usam a mesma tecnologia e estão frente da mesma demanda e sofrem ou prosperam juntos segundo as circunstâncias mudam, conforme aponta Kenen (1969). O critério proposto por ele e considerado pela Teoria das AMOs, sugere que quanto mais diversificada a economia, menos provavelmente experimenta choques assimétricos. Assim, a desvalorização da moeda doméstica não seria desejável, porque mudanças permanentes na taxa de câmbio nominal podem afetar as variáveis reais apenas temporariamente, como mostra Triches (2003).

O argumento é que o alto grau de diversificação de produtos é uma boa razão para a formação de uma área monetária, explana Ishiyama (1975). Também baseado na suposição de que a causa principal do desequilíbrio são os distúrbios microeconômicos de demanda. Um país que produz uma grande diversidade de produtos também seria exportador de um grande número de produtos diferentes. Se há uma queda na demanda por uma das exportações, o desemprego não subiria tão nitidamente como faria em uma economia menos diversificada

sob um sistema de câmbio fixo, simplesmente porque em uma economia bem diversificada cada indústria é sujeita a um choque externo e fornece apenas uma fração do total do emprego e o efeito é menor.

Mckinnon (1969) comenta que quanto mais diversificada a economia, maior ela seria e menor seria sua relação comercial com o exterior. Se esta economia está sujeita a taxas de câmbio fixas, como Kenen recomenda, então a política monetária e fiscal deve ser usada para corrigir o desequilíbrio externo. A integração fiscal é vista como um facilitador do processo de unificação monetária, pois permite transferências de recursos para áreas mais atingidas por choques, atenuando a necessidade de mudanças nas taxas de câmbio.

Kenen (1969) faz algumas observações sobre o trabalho de Mundell (1961). O autor observa que Mundell considera a mobilidade inter-regional dos fatores um possível substituto para as mudanças nos tipos de câmbio regionais, e que toda área na qual a mão de obra pode se deslocar livremente delinea o domínio correto de uma união monetária ou tipos de câmbio fixo. Kenen (1969) opina que o enfoque de Mundell (1961) leva à certeza de que a área monetária ótima sempre deve ser pequena, pois as regiões se definem conforme suas atividades e não de modo geográfico ou político. O autor afirma que a visão de Mundell (1961) não é completamente adequada e que a delimitação das áreas perfeitas de mobilidade de mão de obra não é a melhor maneira de se delinear as áreas monetárias ótimas, pois esta mobilidade plena raramente existe.

Por fim, salienta-se que além dos critérios aqui apresentados, a literatura vai além, trazendo a importância de preços e salários flexíveis para responder a choques sem causar desemprego, assinalada por Corden (1972) e Friedman (1953). E do trabalho de Ingram (1969) extrai-se o grau de integração financeira, como instrumento através do qual a movimentação de capitais entre regiões pode ajudar a atenuar os efeitos dos choques adversos temporários.¹

O ponto comum entre a maioria dos estudos sobre a Teoria das Áreas Monetárias são: convergência dos indicadores macroeconômicos e uma alta mobilidade intra-regional dos fatores de produção, trabalho e capital. Os critérios propostos incluem a mobilidade dos fatores de produção, a proporção de bens comercializáveis e não comercializáveis, diversificação de produtos, o grau de integração financeira e política, e semelhança das taxas de inflação. As condições as quais os critérios se referem podem ser de difícil implementação

¹ Segundo Jesus (2005), a integração financeira dos mercados de capitais de um conjunto de nações, eliminando as restrições à circulação de capitais, permite extinguir as diferenças nas taxas de juros (permanecendo fixas as taxas de câmbio), possibilitando assim menores encargos de financiamentos dos déficits. Portanto, estados com boa integração financeira estão em condições de constituir uma Área Monetária Ótima.

ou ocorrência. Depois de analisar vários critérios, pode-se concluir que, apesar de oferecer pouco para resolver os problemas práticos da política cambial em países pequenos e de reforma monetária, as contribuições acadêmicas da Teoria das Áreas Monetárias é de importância fundamental.

2.2 MODELO DE COORDENAÇÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA

A integração econômica refere-se à política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de forma discriminatória, somente entre as nações interligadas. O grau de integração econômica varia desde acordos comerciais preferenciais até áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns e uniões econômicas. Existem, basicamente, seis níveis de integração, que diferem pela abrangência. Por grau crescente de aprofundamento do processo de integração dos acordos comerciais, tem-se: i) Acordos Comerciais Preferenciais; ii) Zona de livre comércio; iii) União Aduaneira; iv) Mercado Comum; v) União econômica; vi) União monetária ou integração total.² Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) e D'arcy (2002) complementam que cada caso de integração tem suas peculiaridades, costuma-se estabelecer uma classificação das várias modalidades, embora os diferentes tipos assim identificados sejam apenas uma aproximação de uma realidade sempre mais complexa.

A coordenação de políticas desempenha um papel crucial em economias interligadas pelo fluxo de capitais e pelo intercâmbio comercial, segundo Walsh (2010), pois a ação de política monetária de um país tem efeitos sobre a economia de outro país. A seguir é apresentado o modelo de coordenação de política monetária que tem por hipótese a existência de rigidez nominal (a política monetária pode ter efeitos reais de curto prazo), considera duas economias que escolhem diretamente sua taxa de inflação, π . O modelo é representado por um sistema de equações lineares sob a forma logarítmica, com desvios em torno do estado estacionário. As variáveis com asterisco representam a economia externa e a taxa de câmbio real, ϵ_t^* , definida como o preço relativo doméstico em termos do estrangeiro expressa em

² A Zona de Livre Comércio é o nível mais simples de integração. Resume-se a acordos comerciais entre os países visando reduzir, entre eles, as barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias de quase todos os produtos da pauta de exportação. O Mercosul embora tenha por objetivo a construção de um Mercado Comum, ainda não constitui nem mesmo uma União Aduaneira. O melhor exemplo dessa forma de integração foi a UE, que atingiu a condição de mercado comum no início de 1993, posteriormente avançou e aprofundou mais a sua integração. Como exemplo de União econômica, Carbaugh (2004) menciona a união entre Bélgica e Luxemburgo ocorrida na década de 1920.

moeda local, de modo que um aumento em ε_t representa uma depreciação real da economia interna:

$$y_t = -\beta_1 \varepsilon_t + \beta_2 (\pi_t - E_{t-1}\pi_t) + v_t \quad (1)$$

$$y_t^* = \beta_1 \varepsilon_t + \beta_2 (\pi_t^* - E_{t-1}\pi_t^*) + v_t^* \quad (2)$$

$$y_t = \alpha_1 \varepsilon_t - \alpha_2 r_t + \alpha_3 y_t^* + u_t \quad (3)$$

$$y_t^* = -\alpha_1 \varepsilon_t - \alpha_2 r_t^* + \alpha_3 y_t + u_t \quad (4)$$

$$\varepsilon_t = r_t^* - r_t + E_{t-1}\varepsilon_{t+1} \quad (5)$$

As equações (1) e (2) demonstram a oferta do produto para uma inflação não prevista e a taxa de câmbio real. Um aumento de ε_t reduz a oferta agregada doméstica via aumento de preço dos bens importados (matérias-primas, máquinas, etc.) pelo aumento do preço do consumo relativamente ao preço de produção, com efeito posterior sobre o salário real. As equações (3) e (4) retratam a demanda agregada de cada país como uma função crescente do produto do outro (um aumento no produto de um país produz uma elevação na demanda agregada do outro). Um aumento na taxa de câmbio real faz com que os produtos domésticos passem a ser mais baratos, relativamente aos externos e com isso, a demanda interna aumenta em face a redução da demanda agregada estrangeira. Para efeito de simplificação, usa-se r_t no lugar de $i_t - E_t \pi_{t+1}$, onde i_t é a taxa nominal de juros, tratada como instrumento de política monetária, o que é uma representação mais próxima das políticas implementadas pelos bancos centrais. Além disso, os parâmetros α_i 's e β_i 's são iguais para ambos os países.

Os choques de demanda, (u_t, u_t^*) , e de oferta, (v_t, v_t^*) , são induzidos para introduzir o papel da política de estabilização. A equação (5) é uma condição de paridade de taxa de juros a descoberto, ou seja, $r_t = r_t^* + E_t \varepsilon_{t+1}$. Se a taxa de juros real doméstica for maior do que a externa, espera-se um aumento de ε_t . Com a finalidade de analisar o equilíbrio com coordenação e o equilíbrio sem coordenação de política, faz-se necessário introduzir uma função de perda social, a qual depende da variabilidade do produto e da variabilidade da taxa de inflação:

$$L_t = E_t \sum_{i=0}^{\infty} b^i [\lambda y_{t+i}^2 + \pi_{t+i}^2] \quad (6)$$

$$L_t^* = E_t \sum_{i=0}^{\infty} b^i [\lambda (y_{t+i}^*)^2 + (\pi_{t+i}^*)^2] \quad (7)$$

O parâmetro b é o fator de desconto, variando entre zero e um, e λ representa uma ponderação da flutuação do produto relativamente à variabilidade da taxa de inflação. As funções de perda expressam a ideia de que as autoridades monetárias preferem minimizar a flutuação do produto e a inflação em torno do estado estacionário. A partir do produto de equilíbrio para ambas as economias e para a taxa de câmbio real é obtida a solução do modelo. Subtrai-se a demanda agregada externa (4) da demanda agregada doméstica (3), usando a condição da paridade de taxa de juros (5) para eliminar $r_t - r_t^*$ com a finalidade de determinar a taxa de câmbio real. Essa operação resulta na expressão $y_t - y_t^*$. Usando agora a oferta agregada e resolvendo também para $y_t - y_t^*$, igualando as duas e resolvendo para a taxa de câmbio real de equilíbrio, obtêm-se:

$$\varepsilon_t = \frac{1}{B} \{ \beta_2 (1 - \alpha_2) [(\pi_t - E_{t-1} \pi_t) - (\pi_t^* - E_{t-1} \pi_t^*)] + (1 + \alpha_2) (v_t - v_t^*) - (u_t - u_t^*) + \alpha_2 E_t \varepsilon_{t+1} \} \quad (8)$$

onde:

$$B \equiv 2\alpha_1 + \alpha_2 + 2\beta_1(1 + \alpha_2) > 0.$$

Um aumento não antecipado da taxa de inflação doméstica relativamente à externa, ou em v_t relativo a v_t^* , produzirá uma elevação na oferta interna em termos da oferta de produto externo. Se o choque da demanda doméstica exceder ao choque de demanda externa, $u_t - u_t^* > 0$, o preço relativo do produto doméstico deverá crescer (cai E_t), com isso ocorre um aumento na demanda por produto externo. Uma variação positiva esperada na taxa de câmbio implicará um aumento na taxa de câmbio corrente de equilíbrio.

Um aumento na taxa de câmbio real representa uma apreciação real da moeda da economia externa. Isso acaba elevando os preços dos produtos consumidos em face aos preços de produção agregada dessa economia. Assim, o resultado de uma inflação não esperada na economia doméstica produz uma expansão econômica no país estrangeiro. Entretanto, se ocorre uma surpresa inflacionária, na mesma magnitude nos dois países, a inflação termina não produzindo efeitos sobre a taxa de câmbio real e, portanto, sobre o nível de produto. Dessa maneira, os resultados dos efeitos de ações de política monetária dependem crucialmente da coordenação das políticas entre os países.

Levando em conta as simplificações do modelo, as estratégias de cooperação entre os países indicam que a coordenação política sempre domina a ausência de coordenação no que se refere à estabilização do produto em torno do estado estacionário, embora com uma taxa média de inflação mais elevada. Por outro lado, se os custos de coordenação forem muito altos e ocorrerem relevantes choques assimétricos de oferta ou de demanda entre as economias, então a ausência de coordenação pode dominar a coordenação política.

2.3 UMA SÍNTESE DOS ESTUDOS EMPÍRICOS

Há uma forte controvérsia sobre os critérios para unificação monetária *ex ante*, alguns autores defendem que eles venham a aparecer no futuro, de forma *ex post* à unificação.³ Analisando os critérios: mobilidade do fator trabalho e simetria dos choques econômicos, Eichengreen (1990, 1991) compara a UME com os estados dos Estados Unidos para responder se os países europeus atendem aos critérios necessários para a adoção da moeda única. Utilizando dados do período de 1960 – 1980, o autor conclui que os países da UME não atendem, de forma comparativa aos Estados americanos. Isso indica que uma União Monetária entre eles eventualmente iria trazer mais prejuízos do que ganhos, principalmente pela dificuldade de compatibilizar necessidades diversas com uma política monetária comum.

Frankel e Rose (1996, 1997) defenderam que os critérios para a delimitação de uma AMO são endógenos. Para eles a condição ótima de uma área monetária não pode ser avaliada com base em dados históricos, já que a estrutura das economias participantes tende a mudar com a integração monetária. Qualquer estimativa econométrica usando bases de dados anteriores à unificação estaria sujeita a críticas. Os autores testaram a endogeneidade de critérios importantes para a determinação de uma AMO, como o grau de integração comercial e a simetria dos ciclos econômicos.

Com dados de comércio bilateral e de ciclos econômicos para 20 países industrializados em um período de 30 anos, Frankel e Rose (1996 e 1997) concluíram que o aumento da integração reduz a assimetria dos ciclos econômicos entre os países. E o que se observou também é que historicamente, uma maior integração tem produzido ciclos mais sincronizados. A probabilidade de que os países constituam uma AMO é maior *ex post* do que *ex ante*. E é provável que a manutenção da estabilidade dos preços após a unificação

³ Essa controvérsia é expressa em Eichengreen (1990, 1991) e Frankel e Rose (1996, 1997) e outros estudos empíricos como Dorrucchi et al. (2002), Mendonça (2004) e Soares (2007).

monetária, juntamente com a remoção da incerteza cambial e a redução dos custos de transação, contribua para o aumento do investimento e do crescimento econômico na área.

Frankel e Rose (1998) criticaram os resultados obtidos por Eichengreen (1990, 1991) baseados no argumento de que a própria unificação monetária traria uma convergência maior, dado a evidência de que maiores níveis de comércio resultam em uma maior correlação entre os ciclos econômicos dos países. Desta forma, a unificação não seria um fim em si mesmo, mas um meio de se alcançar uma maior integração entre os países. Nesse sentido, o uso de dados mais recentes na análise de Eichengreen (1990, 1991) deve resultar em um maior grau de aderência aos critérios de mobilidade dos fatores e de convergência dos ciclos econômicos.

Frankel e Rose (1998) apresentam a visão de que a unificação é um meio para alcançar maior integração entre os países e não o resultado de uma integração avançada. Seguindo essa ideia de que um aumento da integração comercial concorre para uma maior convergência dos ciclos econômicos. Soares (2007) testou se os ciclos econômicos dos países membros apresentaram um aumento em sua correlação, tendo em posse os dados posteriores à adoção da moeda única para a zona do euro e concluiu que a adoção da moeda única gera maior integração comercial entre os países participantes, na medida em que, como esperado, uma moeda única, ao reduzir custos de transação, gera forte incentivo ao comércio entre os países.

Soares (2007) concluiu ainda que a própria adoção da moeda única implica uma maior convergência dos ciclos econômicos, não sendo esse resultado decorrência do aumento do fluxo comercial. Portanto, o critério para a adoção da moeda única pode, na verdade, ser encontrada não tanto como requisito *a priori* para o processo, mas como resultado final do mesmo, ou seja, a unificação monetária deixa de ser tratada como processo final das tentativas de integração para ser vista como meio para se atingir a meta final da integração.

Na literatura da Teoria das Áreas Monetárias, os benefícios referem-se aos ganhos de eficiência nas trocas comerciais, como a redução dos custos de transação, por exemplo. E as perdas geralmente estão vinculadas as diferenças entre as economias. McCallum (1999 apud MENDONÇA, 2004) e Obstfeld e Rogoff (1996) identificaram os principais benefícios e custos potenciais oriundos da adoção de uma AMO, conforme o Quadro 1. Nota-se que são listados mais benefícios que potenciais custos para adoção de uma AMO e os custos aqui relacionados não são irremediáveis. A perda da capacidade de poder responder a choques no produto, à inflação e ao balanço de pagamentos quando as economias são muito diferentes é o custo mais elevado dentre os custos relacionados no Quadro 1. Principalmente quando as economias não são muito abertas, e limitam alternativas como a mobilidade do trabalho, conforme abordado anteriormente. No entanto, como assinalam Rigolon e Giambiagi (1999),

esses custos podem ser reduzidos a longo prazo, devido a três pontos básicos: (i) com a integração comercial, as economias dos países tendem a tornar-se mais similares; (ii) há uma forte tendência a maior abertura das economias do bloco; (iii) a integração econômica possibilita uma maior flexibilidade dos salários reais e ocorre uma tendência a mobilidade de mão de obra na região.

Quadro 1 - Custos e benefícios potenciais de uma Área Monetária Ótima

	Benefícios	Custos
I	Redução dos custos de transação devido à desnecessidade de conversão da moeda.	Os países integrantes da área renunciam ao uso da política monetária em resposta a choques macroeconômicos.
II	Redução dos custos contábeis e maior capacidade de prever os preços relativos por firmas que realizam negócios em ambos os países.	As regiões pertencentes a uma união monetária podem utilizar a inflação para reduzir a carga real do déficit público.
III	Isolamento de choques monetários e bolhas especulativas que possam gerar flutuações temporárias na taxa de câmbio.	O surgimento de problemas políticos e estratégicos na divisão das receitas de senhoriagem entre os países.
IV	Menor pressão política por proteção comercial devido aos relevantes deslocamentos na taxa de câmbio real.	O problema de evitar ataques especulativos na transição das moedas individuais para uma moeda única.
V	Maior integração entre os mercados financeiros e não financeiros em dois países sob uma moeda comum.	

Fonte: Mendonça (2004, p. 121)

Na linha dos estudos empíricos que supõem pré-condições para uma unificação monetária, Dorrucci et al. (2002) criaram um índice para medir o grau de integração institucional que compreende os estágios tradicionais, apresentados previamente como: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e união monetária.

Além disso, criaram outro índice para aferir o grau de integração econômica, utilizando medidas de integração financeira, monetária e real sugeridas pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas. Eles aplicaram esses índices ao Mercosul, utilizando a União Europeia como parâmetro, no período de 1957 a 2001, para os países europeus e de 1980 a 2000 para o Mercosul.

As variáveis utilizadas para medir a integração econômica sugeridas pela Teoria AMO, bem como outras variáveis que não tenham sido explicitamente mencionadas nesta teoria e que ajudam a complementar uma definição mais ampla de integração econômica são assim listadas por Dorrucci et al. (2002); como sincronização do ciclo de negócios, convergência das taxas de inflação, variabilidade da taxa de câmbio, abertura comercial, integração dos mercados financeiros, convergência das taxas de juros e convergência de renda.

A variabilidade da taxa de câmbio entre os países i e j (σ_{ij}) é definida aqui como o desvio padrão da amostra. É aplicado ao Mercosul, um indicador de variação nominal, porém é válido ressaltar que a taxa de câmbio real que sido amplamente utilizada na literatura. Para isso, o índice é descrito como expressa a equação (9):

$$\sigma_{ij} = \left[\frac{1}{n} \sum_{k=1}^n (e_{t-k} - \bar{e}_t)^2 \right]^{0.5} \quad (9)$$

onde e é a variação mensal nominal ou real da taxa de câmbio bilateral, \bar{e} é a média, enquanto n é o número de dados. A abertura comercial (TO) é assim descrita na equação (10):

$$TO_{t,i}^{MERj} = \frac{(X_{t,i}^{MERj} + M_{t,i}^{MERj})}{GDP_{t,i}} \quad (10)$$

onde i são os "países em vias de adesão" e j denota os países do Mercosul. A medida destaca o grau de integração do comércio regional como a relação intra-regional de comércio ao comércio total. O mérito desta medida é que ela pode revelar evidência de desvio de comércio. A desvantagem potencial desta medida é que esta relação não pode aumentar, mesmo se o comércio intra-regional sobe fortemente por causa de uma taxa de crescimento ainda maior no comércio extra-regional.

Para a análise intra-regional de integração comercial (TI) é definida como o comércio total de um país com o grupo para que é aderente, dividido pelo total do comércio daquele país com o resto do mundo, ou como descrito na equação (11) abaixo:

$$TI_{t,i}^{MERj} = \frac{(X_{t,i}^{MERj} + M_{t,i}^{MERj})}{(X_{t,i}^{Mundo} + M_{t,i}^{Mundo})} \quad (11)$$

Dorrucci et al. (2002) chegaram a duas conclusões, a primeira aponta que quanto mais institucionalmente integrados mais economicamente integrados ficavam os países europeus e vice-versa; a segunda indica que o grau de integração do Mercosul, medido pelo índice de Dorrucci et al. (2002), atingiu, em fins de 2001, uma posição similar à que a Europa já havia atingido em meados da década de 1960. Dois dos problemas apresentados para esse baixo índice de integração do Mercosul, segundo Dorrucci et al. (2002), seriam a existência de uma lista de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) e o fato de o Mercosul ter caráter intergovernamental e não supranacional.

O presente capítulo evidencia que a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas fornece importantes conhecimentos acadêmicos sobre as condições em que o ajuste de pagamentos através de taxas de câmbio flexíveis não funciona, o que leva ao reconhecimento mais preciso das vantagens e desvantagens de uma moeda comum; através do levantamento da Teoria das AMO na visão dos três autores pioneiros aqui já especificados. Os critérios de unificação monetária aqui expostos incluem a mobilidade do fator trabalho, capaz de substituir a taxa de câmbio como instrumento de ajuste. A influência da abertura da economia, ou melhor, a proporção de bens comercializáveis e não comercializáveis para a determinação de uma área monetária ótima; bem como a diversificação de produtos. Tal abordagem tradicional sofre de várias críticas, mas é útil e as contribuições complementam-se na determinação dos critérios de uma área monetária ótima.

Outras evidências foram a apresentação do modelo de coordenação de política monetária entre países que corroborou claramente que os resultados dos efeitos de ações de política monetária dependem crucialmente da coordenação das políticas entre os países. E por último, a abordagem de alguns estudos empíricos de análise de Integração econômica e monetária foi essencial no intuito de apreender os principais estudos publicados nessa temática.

3 UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA INTEGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A crise financeira de 2008 fez crescer consideravelmente a dívida pública na maioria dos países da União Monetária Europeia. No entanto, o euro protegeu as economias mais vulneráveis do risco de desvalorização durante a crise e os ataques de especuladores. Tal fato renova o interesse acadêmico por essa literatura, na medida em que representa a formação de uma união monetária entre países de grande relevância na economia internacional. Procura-se neste capítulo discutir a necessidade de convergência dos indicadores econômicos e financeiros para o sucesso da UME, analisando a estabilidade dos critérios e as dificuldades inerentes a sua manutenção.

A experiência da unificação monetária europeia é utilizada para ilustrar os benefícios e custos econômicos desse tipo de integração. Aborda-se a evolução da integração, os efeitos de aderir a um acordo de taxas fixas de câmbio, os fatores microeconômicos e macroeconômicos envolvidos e tecem-se comentários sobre os problemas enfrentados pela União Monetária Europeia.

A seção 3.1 deste capítulo versa sobre a evolução da integração europeia, desde o Tratado de Maastricht à adoção do Euro, delineando como essa integração econômica evoluiu a uma área monetária. As seções seguintes 3.2 e 3.3 tratam respectivamente da fase pós-euro até a crise e o pós-crise. A situação econômica atual da UME é abordada através de uma análise em contraponto aos critérios de convergência estabelecidos. A taxa de crescimento do PIB, taxa de inflação, taxa de juros, déficit, dívida pública e setor externo são aferidas com base nos dados da *United Nations Economic Commission for Europe* (Unece), *European Central Bank* (ECB) e *European Commission*.

3.1 ANTECEDENTES DO TRATADO DE MAASTRICHT À ADOÇÃO DO EURO

Apesar das recentes discussões sobre o sucesso da unificação monetária, particularmente a UME, a integração econômica entre estados independentes não é uma ideia nova. De acordo com Comissão Europeia (2007), a União Monetária Latina, que incluía a França, a Bélgica, a Suíça, a Itália e a Grécia, existiu de 1865 até 1927. A União Monetária Escandinava, constituída pela Suécia, Dinamarca e Noruega, teve início em 1873 e prolongou-se até 1924. A Zollverein é talvez um dos exemplos mais bem sucedidos, tendo começado com uma união aduaneira entre os vários estados alemães, em 1834, e criado um banco central, o *Reichsbank*, e uma moeda única, o *Reichsmark* em 1875.

Há seis pontos especialmente delicados que têm aflorado discussões entre defensores e críticos da unificação. Segundo Giambiagi (1997), tais pontos são a soberania, a definição da taxa de câmbio no momento da unificação monetária, as dificuldades de coordenação entre um grupo numeroso de países, os sacrifícios sociais associados às metas macroeconômicas, as dúvidas acerca da flexibilização da legislação trabalhista e a questão da reputação do acordo relacionada com o grau de flexibilidade das metas de convergência a serem atingidas e mantidas a partir da vigência da unificação.

De acordo com relatórios da comissão Europeia a passagem para a UME pode ser dividida em quatro fases: (i) do Tratado de Roma ao Relatório Werner, entre 1957 e 1970; (ii) do Relatório Werner ao Sistema Monetário Europeu (SME), entre 1970 e 1979; (iii) do início do SME a Maastricht, entre 1979 e 1991 e (iv) de Maastricht ao euro e à Zona do Euro, entre 1991 e 1999. Desde o pós Segunda Guerra Mundial, quando houve um temor de perda de autonomia e independência no novo contexto geopolítico que foi adotado, sucessivas organizações econômicas foram criadas na Europa. De acordo com Soares (2007), merecem destaque, Benelux em 1944, o Mercado Comum Europeu em 1957 e a Associação Europeia do Livre Comércio que em 1992 juntou-se ao Mercado Comum, dando origem a Área Econômica Europeia.

A nova ordem do pós-guerra para os mercados econômicos da Europa, América do Norte e Japão foi fundada com base no sistema de Bretton Woods, que fornecia o enquadramento internacional para a estabilidade cambial com o ouro e o dólar americano como moeda-padrão predominante. Os redatores do Tratado de Roma assumiram que a estabilidade das moedas continuaria a ser a norma e que o êxito da construção europeia deveria assentar na realização de uma união aduaneira e de um mercado comum que permitissem a livre circulação de mercadorias, serviços, trabalhadores e capitais.

Com o colapso e a ruptura do sistema de Bretton Woods no início da década de 1970, intensificou-se a busca por estabilidade cambial. As primeiras iniciativas surgiram com o Relatório Werner (1969) que propôs um programa de três fases para a concretização da União Econômica e Monetária, de forma a: eliminar os movimentos intra-europeus das taxas de câmbio, centralizar as decisões da política monetária da União Europeia e reduzir as barreiras comerciais remanescentes na Europa. Segundo Soares (2007) propostas de união monetária, como o relatório Werner de 1970 não foram levadas adiante devido ao choque do Petróleo em 1973. Mas em 1979 foi criado o Sistema Monetário Europeu (SME) no intuito de manter a estabilidade das taxas de câmbio dos países membros.

Em março de 1979, começou a operar o Sistema Monetário Europeu, entre os países.⁴ O MTC tinha taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, com bandas de flutuação de 2,25% e 6%. Os controles cambiais e os realinhamentos frequentes eram ingredientes essenciais para manter o sistema até meados da década de 1980. Após a metade da década de 1980, esses controles foram abolidos como parte do programa “1992” mais amplo de unificação do mercado.

Fixando as taxas de câmbio em relação ao DEM, os outros países do MTC do SME importaram a credibilidade do Bundesbank alemão na luta contra a inflação. As taxas de inflação convergiram gradualmente na direção dos níveis baixos da Alemanha ainda segundo Soares (2007). Foi em 1986 que o impulso para unificação monetária foi renovado com a assinatura do *Single European Act*, e em 1988 criou-se um comitê presidido por Jacques Delors, estabelecendo um cronograma para a criação da União Monetária Europeia (UME). Em 1989 surgiu o Relatório Delors, que apresentou estratégias graduais para adoção da união monetária inicialmente em 1990. A aceitação formal do relatório ocorreu no encontro de Maastricht em 1991 que levou a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992 por representantes de 12 países europeus.

O Tratado de Maastricht estabeleceu os critérios de convergência para a unificação monetária, a exemplo de tetos de déficit público, bem como estabeleceu as datas importantes para o cronograma. Para ingressar na área do euro, cada Estado Membro deveria cumprir os seguintes critérios de convergência: i) estabilidade dos preços, a taxa de inflação não poderia ultrapassar em mais de 1,5% a média dos três Estados que tenham a inflação mais baixa; ii) as taxas de juros a longo prazo não poderiam variar mais de 2% em relação à média das taxas dos três Estados com taxas mais baixas; iii) déficits públicos nacionais deveriam ser inferiores a 3% do PIB; iv) a dívida pública não poderia exceder 60% do PIB; v) as taxas de câmbio deveriam se manter dentro da margem de flutuação autorizada durante os dois anos anteriores, conforme representado abaixo, no Quadro 2:

⁴ França, Alemanha, Itália, Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo e Holanda colocaram as suas moedas no Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC).

Quadro 2 - Os critérios de convergência de Maastricht estabelecidos pelo Relatório Delors em 1991

	O que é avaliado	Como é avaliado	Crítérios de convergência
I	Estabilidade dos preços	Taxa de inflação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	Não superior a 1,5 pontos percentuais em relação à média das taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados.
II	Solidez das finanças	Déficit orçamental em % do PIB	Valor de referência: não superior a 3%.
II	Sustentabilidade das finanças públicas	Dívida pública em % do PIB	Valor de referência: não superior a 60%.
IV	Caráter duradouro da convergência	Taxas de juro de longo prazo	Não superior a 2 pontos percentuais em relação à média das taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços.
V	Estabilidade cambial	Desvio da taxa de juro central	Participação no mecanismo de taxas de câmbio (MTC), durante, pelo menos, 2 anos, sem tensões graves.

Fonte: Comissão Europeia (2007)

Os critérios de convergência de Maastricht destinavam-se a garantir que a economia dos Estados Membros estava suficientemente preparada para a adoção da moeda única. Forneceram uma base comum para a estabilidade, a solidez e a sustentabilidade das finanças públicas para os candidatos da zona do euro que refletia a convergência da política econômica e a resistência aos choques econômicos. O critério das taxas de câmbio destinava-se a mostrar que um Estado-Membro podia gerir a sua economia sem recorrer à desvalorização da moeda. Esses critérios serão detalhadamente analisados posteriormente, em próxima seção desse capítulo.

Em 1994 foi criado o Instituto Monetário Europeu para reforçar a cooperação entre os bancos centrais e ser o embrião do Banco Central Europeu (BCE). O Pacto de Estabilidade e Crescimento foi criado em 1997 (Conselho Europeu de Amsterdã) com o objetivo de garantir a estabilidade das finanças públicas na UME. Foi ainda estabelecido o objetivo orçamental de médio prazo de posições próximas do equilíbrio ou em superávit e um esquema para a imposição de penalidades financeiras aos países que não corrigissem situações de déficits e dívidas ‘excessivos’ com a devida rapidez. As regras foram revistas em 2005.

No ano de 1998, o Conselho de ministros da Comunidade Europeia definiu os países para compor a união monetária, de acordo com os critérios de convergência que

foram Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. A partir de 1999, as taxas de câmbio foram fixadas, o BCE foi criado como responsável pela política monetária da UME e o euro foi criado e passou a funcionar inicialmente apenas para transações financeiras, substituindo, a partir de 2002, as moedas nacionais e passando a ser o único meio de troca. Duas características básicas deram suporte a tal processo: uma foi o MTC, abordado previamente, e outra a Unidade Monetária Europeia (ECU). Composto por uma cesta de moedas dos países participantes do sistema, o valor do ECU em termos de moeda i (a taxa de ECU da moeda i), era definido da seguinte forma:

$$ECU_i = \sum_j a_j S_{ij} \quad (12)$$

onde a_j é a quantia da moeda j na cesta de moedas, S_{ij} é o preço da moeda j em unidade da moeda i , que define a taxa de câmbio bilateral. Assim, para obter outras taxas de ECU, bastava usar a condição de arbitragem triangular. Por exemplo, para uma determinada moeda, k ,

$$ECU_k = ECU_i S_{ij} \quad (13)$$

onde ECU_k é igual ao preço do ECU em termos da moeda k . A taxa de câmbio era determinada diariamente pela oferta e demanda por ECU. A tabela 1 mostra o valor calculado da taxa de câmbio oficial do ECU vis-à-vis a todas as moedas dos países membros da União Europeia, em 31 de dezembro de 1998.⁵

⁵ Atualmente são dezessete estados da União Europeia que fazem parte da Zona do Euro, que são Bélgica, Alemanha, Estônia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Itália, Chipre, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Áustria, Portugal, Eslovênia, Eslováquia, Finlândia. Sendo a Estônia, a Eslováquia, Chipre e Malta os membros mais recentes. Os seguintes países são membros da União Europeia, mas não utilizam a moeda única: Bulgária, República Checa, Dinamarca, Letônia, Lituânia, Hungria, Polônia, Romênia, Suécia e Reino Unido.

Tabela 1 – Taxa de Câmbio em ECU em relação às moedas nacionais dos países participantes da EU, que após foi convertido em euro

Moedas	Quantidade de moeda nacional na cesta ECU (α)	Quantidade de moeda nacional em dólares (Υ)	Taxa de câmbio da moeda nacional vis-à-vis ao dólar (β)	Taxa de câmbio de ECU=um euro (ϵ) = (US\$/ECU)* β
Marco alemão	0,6242	0,3724	1,6763	1,9558
Franco francês	1,3320	0,2369	5,6221	6,5596
Lira italiana	151,8000	0,0915	1682,6796	1963,27
Peseta espanhola	1,3930	0,0081	171,8291	200,482
Escudo português	6,8850	0,0483	142,6061	166,386
Franco belga	3,3010	0,0955	34,5745	40,3399
Franco de Luxemburgo	0,1300	0,0038	34,5745	40,3399
Florim holandês	0,2198	0,1164	1,8888	2,2037
Libra irlandesa	0,0086	0,0127	0,6750	0,7876
Marco Finlandês			5,0960	5,9457
Xelim Austríaco			11,7937	13,7603
Dracma grego	1,4400	0,0051	282,5699	329,689
Libra esterlina	0,0878	0,1453	0,6046	0,7055
Coroa sueca			8,1320	9,4880
Coroa dinamarquesa	0,1976	0,0310	6,3842	7,4488

Fonte: Triches (2003, p. 89) adaptado

Nota: US\$/ECU = 1,667521. Na paridade de um ECU é igual a um euro, em 31 de dezembro de 1998.

Em 2006, o Mecanismo de Taxas de Câmbio foi revisado (MTC II) definindo amplas zonas de taxas de câmbio em relação ao euro para países da UE que ainda não são membros da UME. Especificou arranjos de intervenção recíproca para sustentar tais zonas-alvo (bandas de flutuação até $\pm 15\%$). Foi considerado necessário para desencorajar desvalorizações competitivas em relação ao euro por parte de membros da UE fora da zona euro e oferecer aos candidatos a integrantes da UME uma forma de atender aos critérios de convergência de estabilidade da taxa de câmbio exigidos pelo Tratado de Maastricht.

3.2 DA FASE PÓS EURO À CRISE MUNDIAL DE 2008

Um dos princípios fundadores da União Europeia é a liberdade de circulação do fator trabalho (Artigo 39º do Tratado que institui a Comunidade Europeia). A livre circulação de trabalhadores é essencial para a criação de um espaço sem fronteiras internas, e para atender o primeiro critério básico da Área Monetária Ótima tratada no capítulo 2.

Tomando uma perspectiva econômica, a mobilidade geográfica pode ter grandes efeitos positivos para um crescimento econômico em países com déficits de trabalho e prosperidade em países com excesso de trabalho. Assim, a difusão de conhecimentos através da mobilidade profissional e geográfica é um fator central para aumentar a capacidade produtiva das empresas e proporcionar as regiões um caminho de crescimento mais elevado. Assumindo uma perspectiva social, a mobilidade geográfica, tem o potencial de promover a integração sociocultural na União Europeia.

Apesar destas declarações óbvias, as taxas de mobilidade geográfica são baixas na União Europeia. No início da União Monetária, por exemplo, entre 2000 e 2005, as fronteiras internas da UME foram cruzadas, em média, apenas 0,1 a 0,3% da população em idade ativa em cada ano. A mobilidade geográfica dentro da UME (mobilidade regional) é maior embora menos cerca de 1%. Inferior as taxas de mobilidade nos estados dos EUA, que excedem 3%.⁶

Um paradoxo fundamental na União Monetária Europeia é o fato da escassez de competências e gargalos coexistir com áreas de alto desemprego persistente. Diferentes níveis de desenvolvimento econômico crescimento e emprego criam escassez simultânea e excessos de trabalho em toda a Europa. Parece claro que a rigidez dos mercados de trabalho e a baixa mobilidade é uma explicação plausível para isso.

A baixa mobilidade do mercado de trabalho é em decorrência, dentre outros fatores da diversidade cultural e linguística. Os cidadãos da UME tem o direito de viver e trabalhar em outros Estados-Membros para além do seu país de origem. A UME torna possível que os cidadãos se desloquem para locais onde há empregos. Conhecer outras línguas é essencial para uma mobilidade efetiva na UME, permitindo que sejam aproveitadas as oportunidades de trabalho, estudo e viagens pelo continente. Existem 23 línguas oficiais na UE. Quando um novo país se torna membro da UE, a língua nacional desse país torna-se, normalmente, uma língua oficial da UE. O alemão é uma das línguas mais faladas na União Europeia, com cerca de 90 milhões de falantes nacionais, o que corresponde a 18% da população da UE. As línguas inglesa, italiana e francesa são, cada uma delas, língua de 60 a 65 milhões de cidadãos da UE (12% a 13% do total). Contudo, a proporção de cidadãos da UE que falam inglês como primeira língua estrangeira está avaliada em 38%, o que a torna a língua mais utilizada na União Europeia, muito à frente do alemão e das outras línguas.

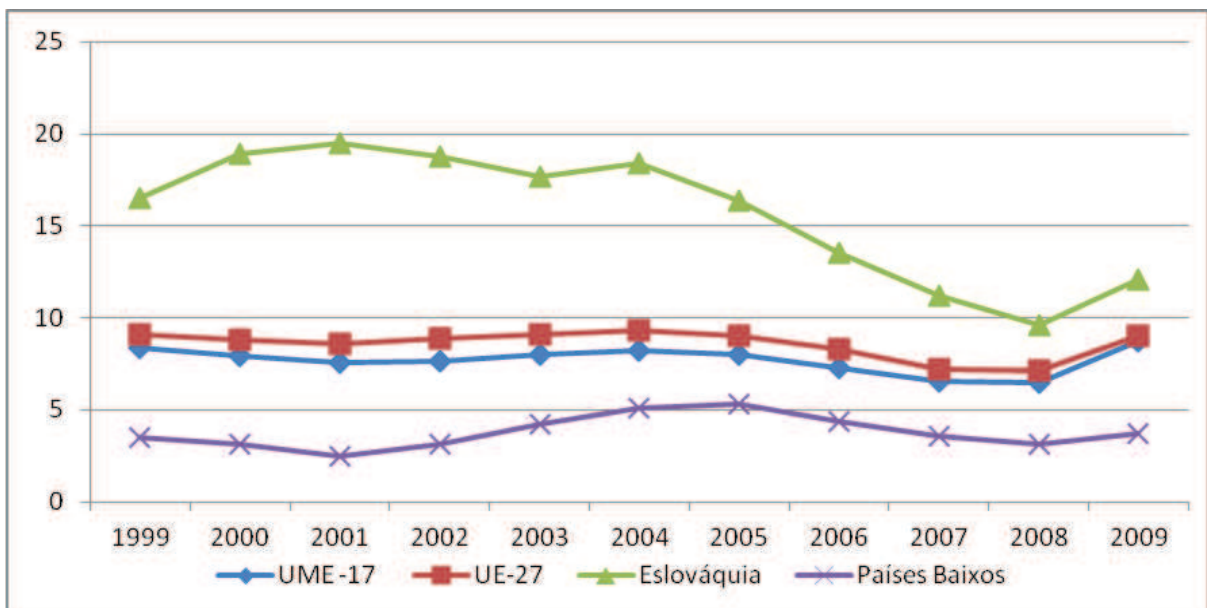
O desemprego é um problema persistente no continente europeu. No início de 2000, pouco menos de 20 milhões de pessoas estavam desempregadas na UE-27, um pouco abaixo

⁶ Informações de acordo com Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD (2012).

de 9% da força de trabalho total. Este número caiu para cerca de 19 milhões (ou 8,5%) no início de 2001 antes de subir de volta para cerca de 21 milhões de pessoas por meio de 2002, onde permaneceu até a metade de 2005. Desde meados de 2005, houve um período de vários anos de forma constante diminuição do desemprego na UE-27. Até o primeiro trimestre de 2008, o desemprego na UE-27 atingiu uma baixa de 16 milhões de pessoas (equivalente a uma taxa de 6,7%) antes de subir acentuadamente, na esteira da crise econômica. Em 2010 e 2011, a taxa média de desemprego na UE-27 foi de 9,7%, as taxas anuais mais elevadas registadas desde o início da série, em 2000.

O Gráfico 1 ilustra a taxa de desemprego na zona do euro (UME-17) ao longo do período de 1999 a 2009, nota-se que segue aproximadamente a mesma tendência da UE-27. No entanto, entre 1999 e meados de 2004, a taxa de desemprego na zona do euro ficou acentuadamente abaixo do registrado na UE-27. Este padrão foi posteriormente revertido como o desemprego diminuiu mais rapidamente nos Estados-Membros que ainda não têm o euro entre 2005 e 2008. Durante a crise econômica, o desemprego aumentou em um ritmo considerável na Europa. Eslováquia e Espanha foram os países que apresentaram as maiores taxas de desemprego no período analisado (1999 a 2009), com uma média de 15,44% e 12,78% respectivamente, os Países Baixos apresentaram a menor média, de 3,88% no período de 1999 a 2009.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de desemprego dos países europeus no período de 1999 a 2009 (%)

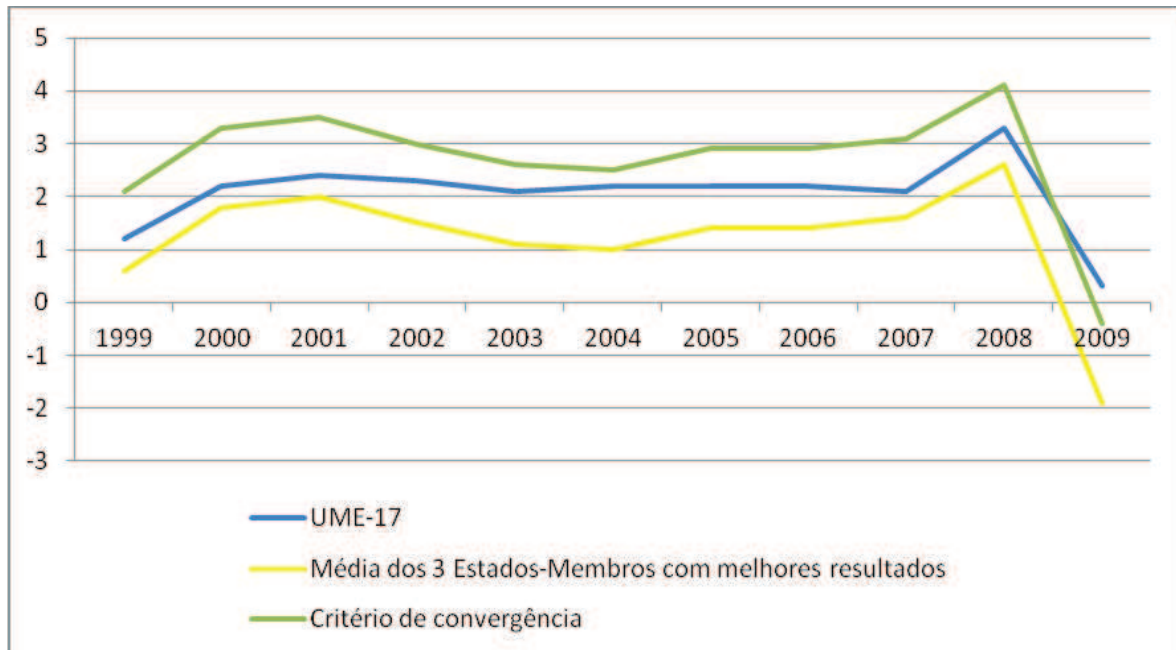


Fonte: United Nations Economic Commission for Europe (2012)

Os critérios de convergência foram estabelecidos, conforme abordado anteriormente, entre os países europeus no intuito de garantir que a economia dos Estados Membros estava suficientemente preparada para a adoção da moeda única. Uma avaliação de cada critério permitirá analisar se houve convergência nos dez primeiros anos de unificação monetária. O critério de convergência de inflação estabelece que os países estabilizem seus preços e, por conseguinte, obtenham uma reputação mais favorável, ou seja, uma taxa de inflação menor antes de ingressar na união monetária, os países deveriam manter uma taxa de inflação não superior a 1,5 pontos percentuais em relação à média das taxas dos três Estados Membros com melhores resultados.

No ano de adoção da moeda única, os participantes iniciais eram a Bélgica, a Alemanha, a Espanha, a França, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Áustria, Portugal e a Finlândia. Destacaram-se Áustria, França e Alemanha com uma média de 0,6% de taxa de inflação, apenas Espanha e os Países Baixos não cumpriram o critério de convergência, apresentaram uma taxa de inflação no ano superior a 2,1%, foram de 2,3% e 2,2% respectivamente. Em seguida, a Grécia aderiu a UME, no ano de 2001, nesse ano se destacaram Alemanha, Bélgica e França com uma média de 2%, a Grécia conseguiu cumprir o critério de taxa de inflação, com uma taxa anual de 3,4%, 0,1% abaixo do limite estabelecido, no mesmo ano sete países da UME descumpriram o critério (Espanha e Países Baixos continuavam entre eles). Em 2007 houve a adesão da Estônia e Eslovênia que não cumpriram ao critério de taxa de inflação, a média dos três Estados-Membros com melhores resultados (França, Itália e Países Baixos) foi de 1,6% e a Estônia aderiu a UME com uma taxa de inflação de 6,6% e a Eslovênia 3,6%, a Irlanda também apresentava com uma taxa de inflação acima da permitida (4,9%). No ano seguinte, Chipre e Malta adotaram a moeda única também sem cumprir o critério de taxa de inflação estabelecido, seguidos pela Eslováquia em 2009, último Estado-Membro a adotar o euro, também sem cumprir o critério de taxa de inflação.

Gráfico 2 - Comportamento da taxa de inflação anual na Zona do Euro no período de 1999 a 2009 (%)



Fonte: World Bank (2013)

Os Estados Membros que apresentaram menores resultados nos primeiros dez anos de UME variaram de ano a ano, porém os que mais se destacaram foram Alemanha, França e Finlândia com uma média de 1,6%, Alemanha com média de 1,5%, França (1,6%) e Finlândia (1,7%) que apresentaram no período uma taxa de inflação inferior a média da UME, que foi de 2%. O Gráfico 2 ilustra o Comportamento da taxa de inflação anual na Zona do Euro no período de 1999 a 2009, em média a maioria dos países europeus conseguiu cumprir esse critério de convergência, com exceção da Estônia, Eslovênia e Eslováquia que apresentaram médias muito superiores ao estabelecido, em torno de 4,2%, 5% e 6% respectivamente

Alguns países estavam acima do percentual de taxas de inflação estabelecido nos seus respectivos anos de convergência a unificação monetária. Dentre eles estavam Espanha com 0,2% acima do critério de convergência em 1999, Países Baixos em 1999 (0,1%), Estônia em 2007 (3,5%), Eslovênia em 2007 (0,5%), Chipre em 2008 (0,6%), Malta em 2008 (0,2%) e Eslováquia em 2009 (2,0%). Uma política mais expansionista, com menor taxa de juros e tolerância com a inflação em um patamar mais alto, é a aposta para fazer a economia europeia reagir.

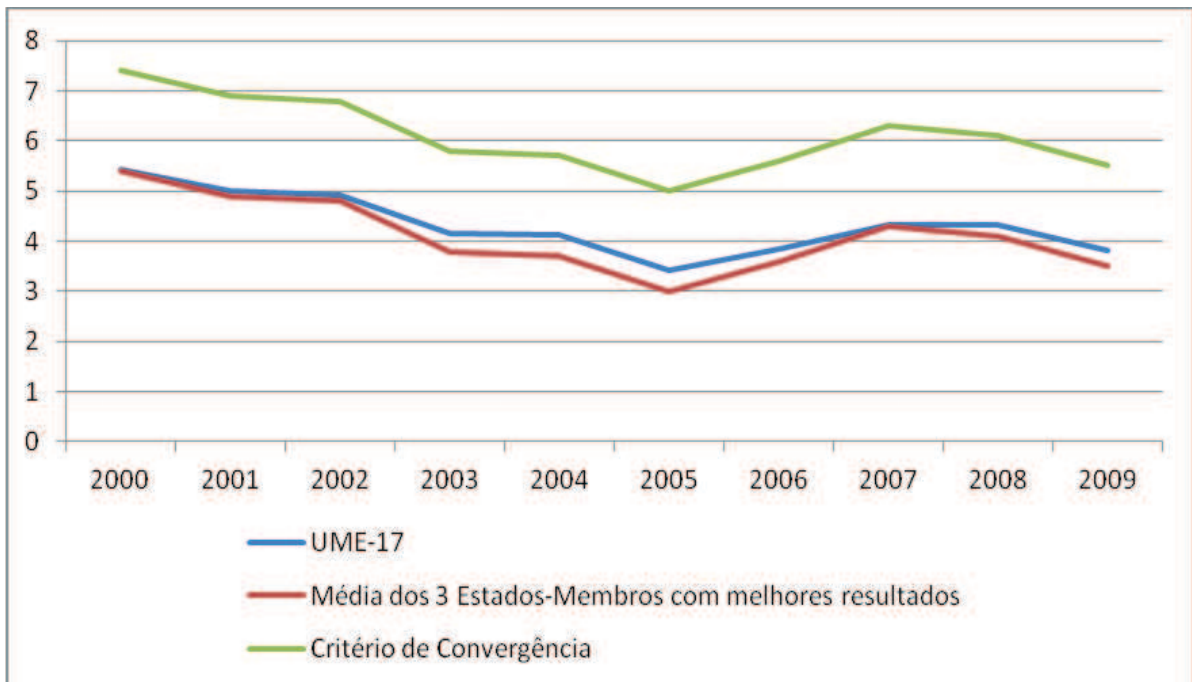
A União Europeia, segundo Hirst et al. (1998), é o projeto mais ambicioso de governabilidade econômica multinacional no mundo moderno, mas ainda está longe de ser completado. Há grandes problemas de articulação interna e diferentes percepções sobre sua evolução futura, o que restringe sua capacidade de ação externa em conjunto. A Europa não é uma área monetária ótima. Portanto os desenvolvimentos econômicos assimétricos dentro dos

diferentes países da zona do euro (desenvolvimentos que podem fazer surgir diferentes taxas de juros nacionais sob um regime de moedas nacionais individuais) seriam difíceis de controlar por meio de política monetária.

O Gráfico 3 ilustra a evolução da taxa de juros na Zona do Euro no período de 2000 a 2009, apesar das altas taxas de juros verificadas, nota-se que o critério de convergência de manter uma taxa de juros de longo prazo não superior a dois pontos percentuais em relação à média das taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados, em termos de estabilidade dos preços, foi cumprido nesse período analisado. Há ainda uma convergência entre a média dos países da UME e a média dos três Estados-Membros com melhores resultados.

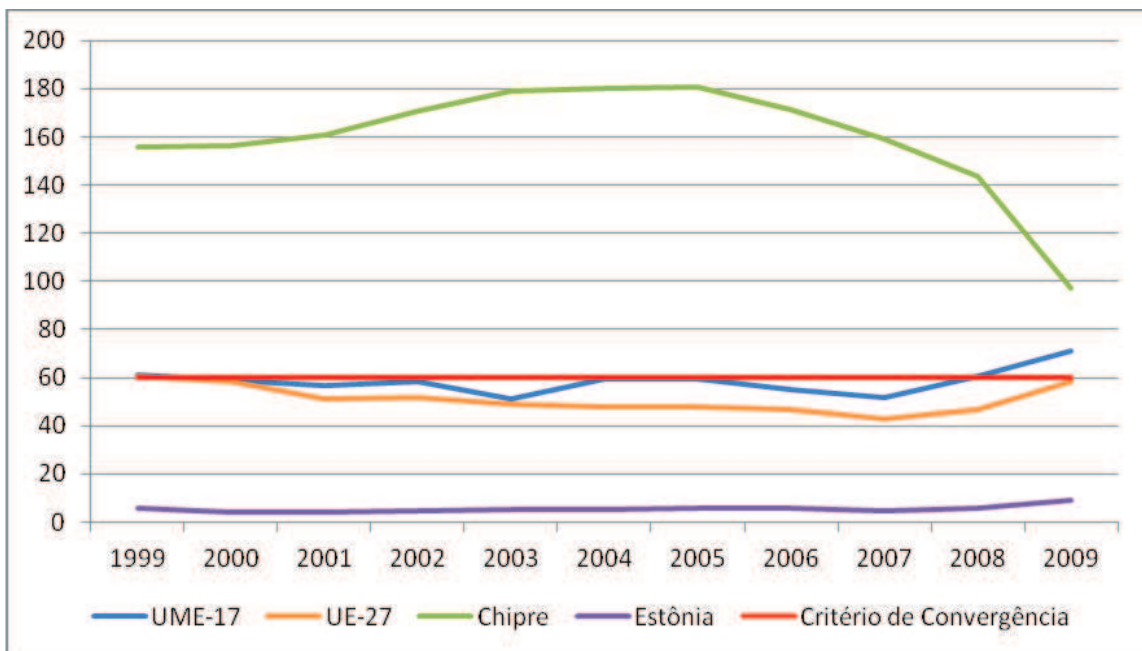
Outros critérios de convergência entre os países da UME foram manter um déficit orçamental em relação do PIB não superior a 3% e uma dívida pública na proporção do PIB não superior a 60%. De acordo com Fontaine (2010), a crise financeira de 2008 elevou consideravelmente a dívida pública na maioria dos países da União Monetária Europeia. No entanto, o euro protegeu as economias mais vulneráveis do risco de desvalorização durante a crise e dos ataques especulativos. Alguns países altamente endividados, cujos déficits públicos se agravaram, foram alvos particulares desse tipo de ataque em 2009-2010. Por essa razão, em resposta a uma proposta da Comissão Europeia, os membros decidiram, em 2010, constituir um mecanismo temporário para auxiliar esses países da área do euro a manter a estabilidade financeira.

Gráfico 3 - Evolução da taxa de juros anual na Zona do Euro no período de 2000 a 2009 (%)



Fonte: European Commission (2012a)

Gráfico 4 - Evolução da dívida pública anual em relação do PIB na Zona do Euro no período de 1999 a 2009 (%)



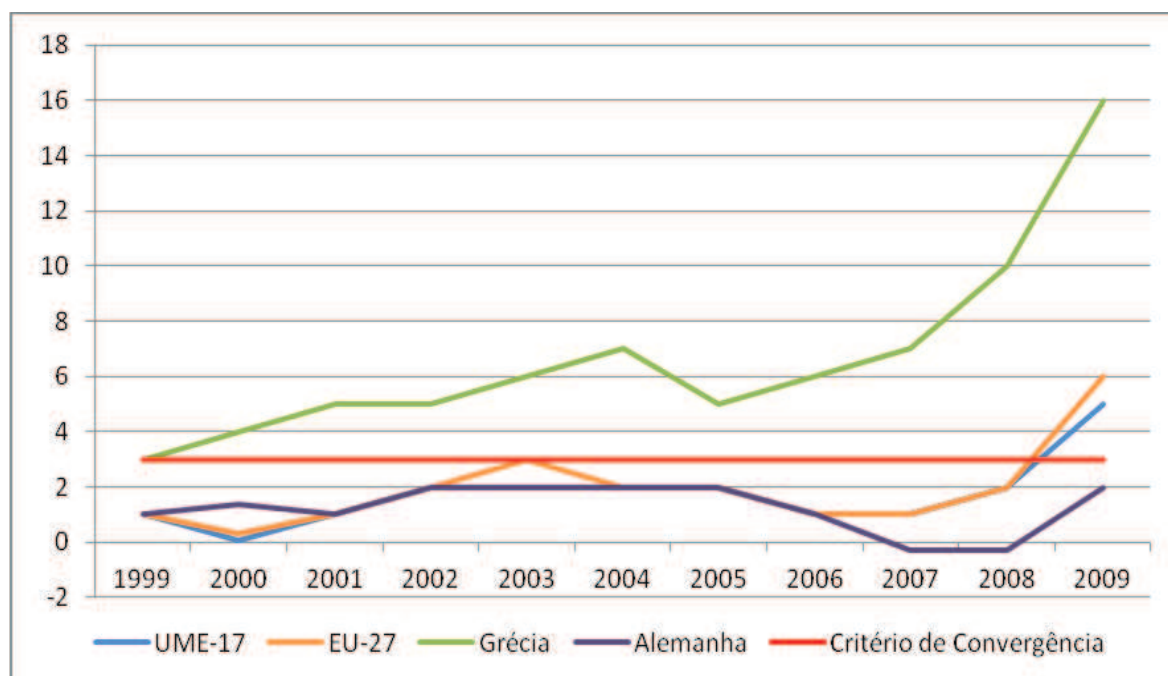
Fonte: World Bank (2013)

Observa-se, a partir do Gráfico 4 que em média, a dívida pública anual em relação ao PIB tanto na UME quanto na União Europeia no período de 1999 a 2009 cumpriu o critério de

convergência até o ano da crise (2008). Há um destaque para a Estônia que apresentou o melhor resultado no período e Chipre que apresentou o pior resultado do período, o Chipre apresentou uma dívida de 181% do PIB em 2005. A dívida pública da Grécia, Chipre, Malta, Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Itália, Espanha estavam acima do percentual estabelecido nos anos de aderência desses países a unificação monetária.

O déficit orçamental anual em relação ao PIB no período de 1999 a 2009 representado pelo gráfico 5, também manteve-se cumpriu o critério de convergência até o ano da crise (2008). O critério estabelece um valor de referência não superior a 3% do PIB, a Alemanha teve destaque nesse período tendo um déficit orçamental máximo de 2% entre 2002-2005 e 2009 e a Grécia apresentou os piores resultados, só conseguindo cumprir o critério em 1999, quando ainda não era membro da UME (seu ingresso foi a partir de 2001) e seu pior resultado foi em 2009, com um déficit orçamental de 16% do PIB. O déficit orçamental da Grécia, Malta e Eslováquia estavam acima do percentual estabelecido nos anos de convergência desses países a unificação monetária.

Gráfico 5 - Déficit orçamental anual em relação ao PIB na Zona do Euro no período de 1999 a 2009 (%)



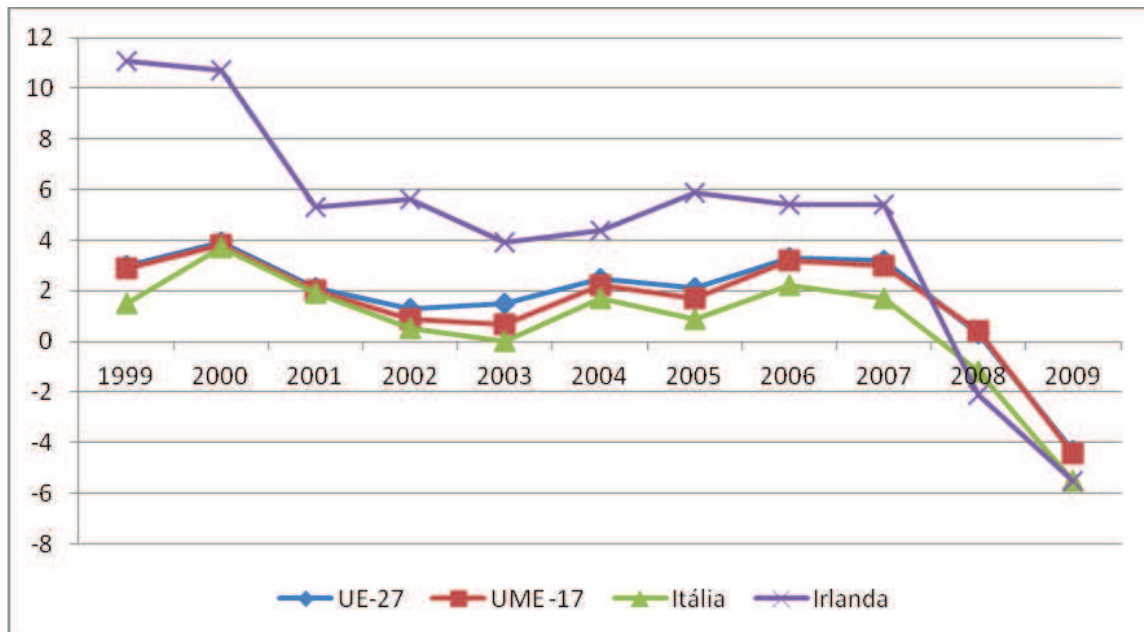
Fonte: World Bank (2013)

Historicamente, desde 1999 até 2012 a taxa de crescimento média do PIB na Zona do Euro é de 0,38% atingindo um período de alta de 1,3% em junho de 1997 e um recorde de baixa de -2,5% em março de 2009. No Gráfico 6, pode-se observar a evolução da taxa de

crescimento do PIB no período de 1999 a 2009, nota-se que a variação da taxa de crescimento do PIB entre os 27 países da União Europeia e os 17 países da Zona do Euro é em média de 0,1%, essa variação só se eleva de 2002 a 2005.

Ainda entre os países participantes da UME, destacam-se a Irlanda e Itália como os países que apresentaram respectivamente maior e menor variação da taxa de crescimento, embora o PIB nominal italiano seja cerca de oito vezes maior que o PIB irlandês, o PIB per capita em PPC da Irlanda foi o segundo no ranking dos países da UME, após Luxemburgo que teve o maior PIB per capita da Zona do Euro, a Itália teve o nono maior PIB per capita no período e o menor PIB per capita foi da Eslováquia e Estônia.

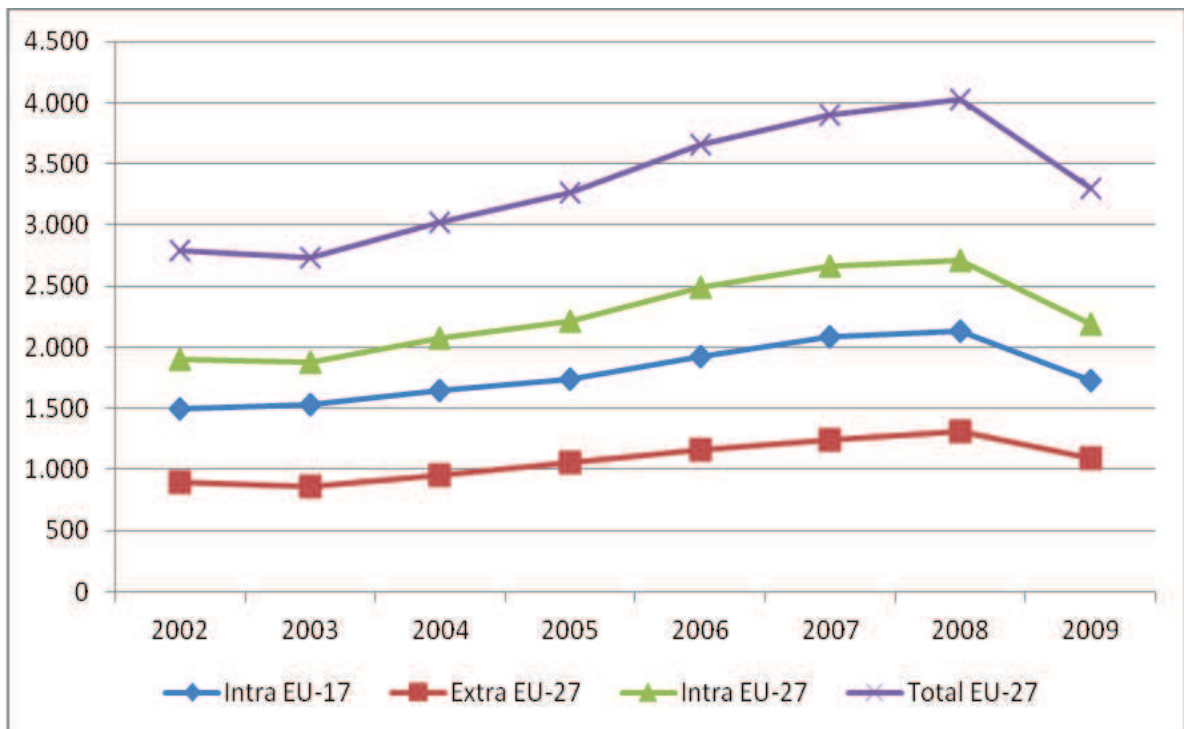
Gráfico 6 - Evolução da taxa de crescimento do PIB da Zona do Euro no período de 1999 a 2009 (%)



Fonte: European Commission (2012b)

Uma análise das exportações regionais direcionadas ao próprio bloco, no período de 2002 a 2009, revelam que o total acumulado no período de exportações Intrabloco dos países da UME equivale a 36% do volume total da União Europeia. Conforme Gráfico7, houve uma acentuada queda em 2009, os países europeus vem elevando o total exportado apesar da recente crise europeia.

Gráfico 7 - Exportações intrabloco e extrabloco da União Europeia e UME no período de 2002 a 2009 (em bilhões de euros)



Fonte: European Commission (2012b)

A análise das informações apresentadas permite constatar que no período avaliado, os critérios de convergência foram cumpridos pela maioria dos países da UME até 2007, em 2008 a crise financeira internacional afetou a economia dos países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e Europa. Outra constatação relevante é que há uma grande heterogeneidade econômica entre os países pertencentes a Zona do Euro e a rigor os critérios de convergência não eram sistematicamente cumpridos pelos países aderentes a unificação monetária no ano de seu ingresso. Portanto pode-se afirmar que há uma grande flexibilização no que tange a convergência monetária dessa integração. Ao final desse capítulo será possível aferir de forma integral a situação atual da integração monetária, a partir da análise de informações recentes.

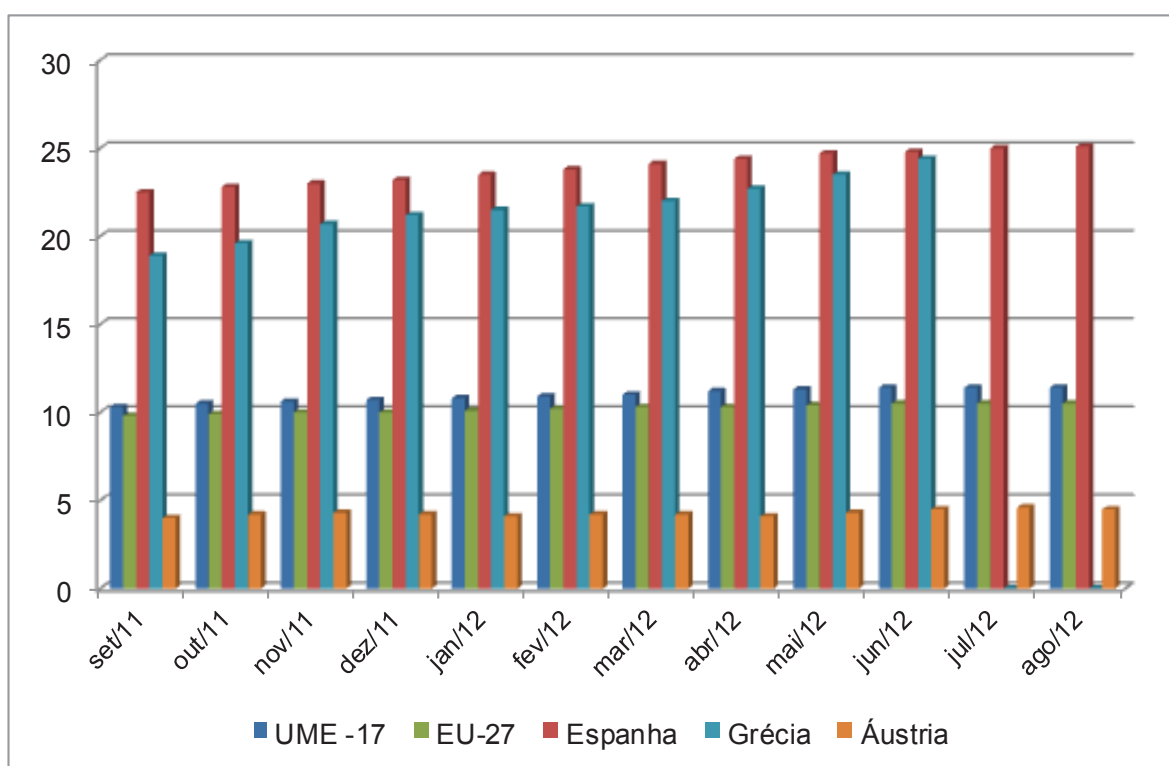
3.3 O PÓS-CRISE E A SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL

As variáveis taxa de inflação, taxa de juros, dívida pública, déficit orçamental dos países da UME foram afetadas pela crise financeira internacional, conforme abordado na seção anterior deste capítulo. No plano econômico mundial, o ano de 2011, foi marcado pela crise econômica. Em função da globalização econômica recente, a crise se disseminou pelo

mundo, provocando a queda de índices das bolsas de valores e criando um clima de pessimismo na esfera econômica mundial. Dentre as causas da crise na União Monetária estão o endividamento público elevado, principalmente de países como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda e principalmente a falta de coordenação e integração política das nações do bloco. Tanto a Comissão como o Parlamento Europeu sublinha a importância de coordenar as políticas econômicas e sociais nacionais, visto que a moeda comum da Europa não é viável em longo prazo se não existir uma forma de administração econômica comum.

O crescimento do desemprego desacelerou em 2011 na UE, porém a taxa média de desemprego para a UME atingiu 10,2%, a maior taxa desde 1999. Em meados de 2009, a taxa de desemprego nos Estados Unidos atingiu o mesmo nível como na UE, ea taxa média anual, em 2009, foi maior nos EUA do que na UE. Em 2010 e 2011, as taxas médias anuais de desemprego nos EUA, embora ainda relativamente altas caíram novamente abaixo dos níveis da UE. As taxas de desemprego no Japão foram muito menores do que na UE ao longo dos últimos dez anos.

Gráfico 8 - Evolução da taxa de desemprego dos países europeus no período de setembro de 2011 a agosto de 2012 (%)



Fonte: European Commission (2012a)

Um total de 18,2 milhões estava desempregado, em agosto de 2012, na Zona do Euro. Na comparação do mês de agosto de 2012 com julho de 2012, o número de desempregados

aumentou em 34 mil na Zona do Euro. Em comparação com agosto de 2011, o desemprego aumentou em 2,2 milhões na Zona do Euro. O Gráfico 8 ilustra a evolução da taxa de desemprego dos países europeus no período de setembro de 2011 a agosto de 2012, observa-se que na Área do Euro, a taxa de desemprego ajustada sazonalmente foi de 11,4% em agosto de 2012, e portanto permaneceu estável em relação a julho. Em agosto de 2011, foi de 10,2%. Na UE a taxa de desemprego foi de 10,5% em agosto de 2012, também estável em relação a julho, e foi de 9,7% em agosto de 2011.

Ainda de acordo com informações da European Commission (2012a) entre os Estados-Membros da UME, as taxas de desemprego mais baixas foram registradas na Áustria e Luxemburgo de 4,5% e 5,2% respectivamente e as taxas mais elevadas na Espanha que registrou 25,1% e Grécia com 24,4% em junho de 2012. Em comparação com o ano de 2011, a taxa de desemprego aumentou em vinte Estados-Membros da UE.⁷

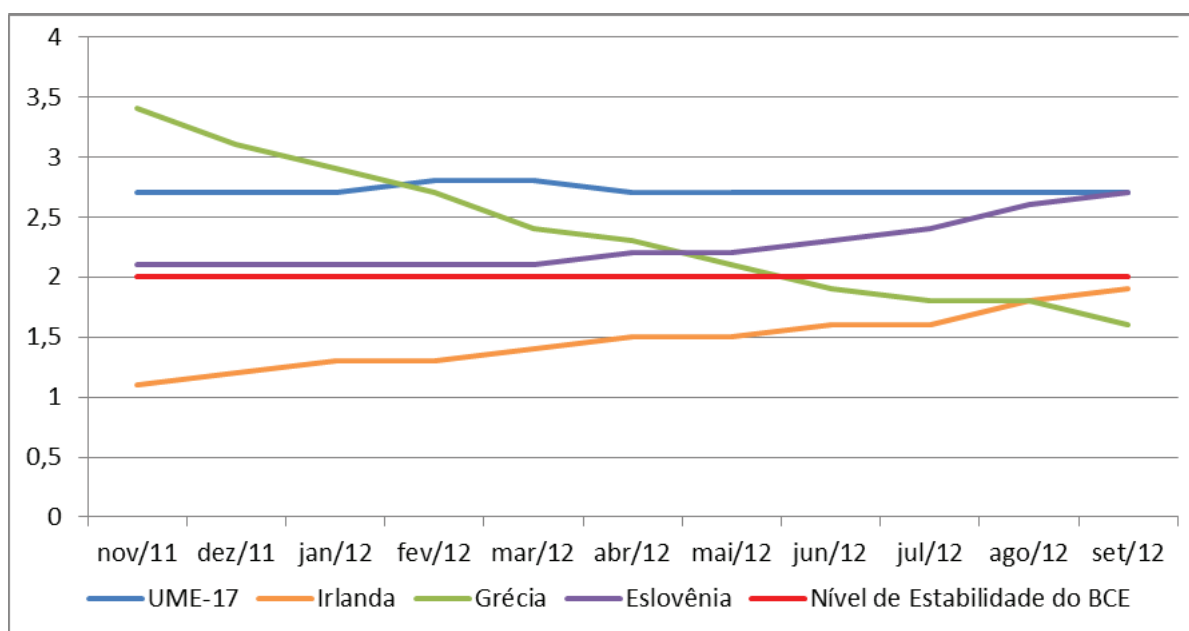
Conforme assinalado nesse trabalho, referente à mobilidade de trabalho proposta por Mundell, o deslocamento de trabalhadores de áreas em recessão para áreas em expansão poderia substituir a política cambial, porém enquanto a mobilidade do trabalho tem um importante papel no ajustamento aos choques assimétricos nos EUA, tal mobilidade é muito menor na Europa, tanto entre países como dentro dos países. E as diversidades linguísticas e culturais são dois dos fatores que interferem nesse processo, embora a UE venha investindo no aprendizado das suas vinte e três línguas oficiais, o problema persiste e não será resolvido de modo tão flexível. Os mercados de trabalho permanecem altamente sindicalizados e sujeitos a altos encargos trabalhistas por parte do governo, além de manter outras regulamentações que dificultam a mobilidade do trabalhador entre setores e regiões. O resultado tem sido, de maneira uniforme, altos níveis de desemprego.

No que se refere às taxas de inflação, uma maior tolerância com o avanço da inflação foi verificada na Zona do Euro. Essa estratégia, que teve início em setembro de 2008, tem como principal objetivo tentar evitar uma maior retração e até mesmo provocar alguma reação da economia para tentar sair da estagnação. O raciocínio por trás dessa estratégia é o de que uma inflação mais alta, entre 4% e 6%, portanto, acima do percentual tolerado pelos países desenvolvidos, pode facilitar um ajuste no endividamento dos governos, empresas e famílias. Pois com um pouco mais de inflação os juros reais pagos pelos endividados diminuem. Na prática, isso significaria um auxílio para reorganização das finanças.

⁷ As maiores quedas foram observadas na Estônia de 13,2% para 10,1% entre os segundos trimestres de 2011 e 2012, e as maiores elevações foram registradas na Grécia de 17,2% para 24,4% entre junho de 2011 e junho de 2012, Chipre de 8,0% para 11,7%, Portugal de 12,7% para 15,9% e Espanha de 22,0% para 25,1%.

A taxa de inflação, no conjunto das dezessete economias da Zona do Euro, foi em média de 2,7%, mesmo índice registrado em dezembro do ano passado, conforme demonstra o Gráfico 9, que também destaca os três países que apresentaram as menores taxas de inflação no período e dentre eles apenas a Irlanda conseguiu manter-se abaixo do nível que na visão do BCE seria adequado para estabilidade dos preços. Há mais de um ano a taxa de inflação na Zona do Euro supera a barreira dos 2%, nível que na visão do BCE seria adequado para a estabilidade dos preços em uma economia saudável.

Gráfico 9 - Comportamento da taxa de inflação na Zona do Euro no período de novembro/2011 a setembro/2012 (%)



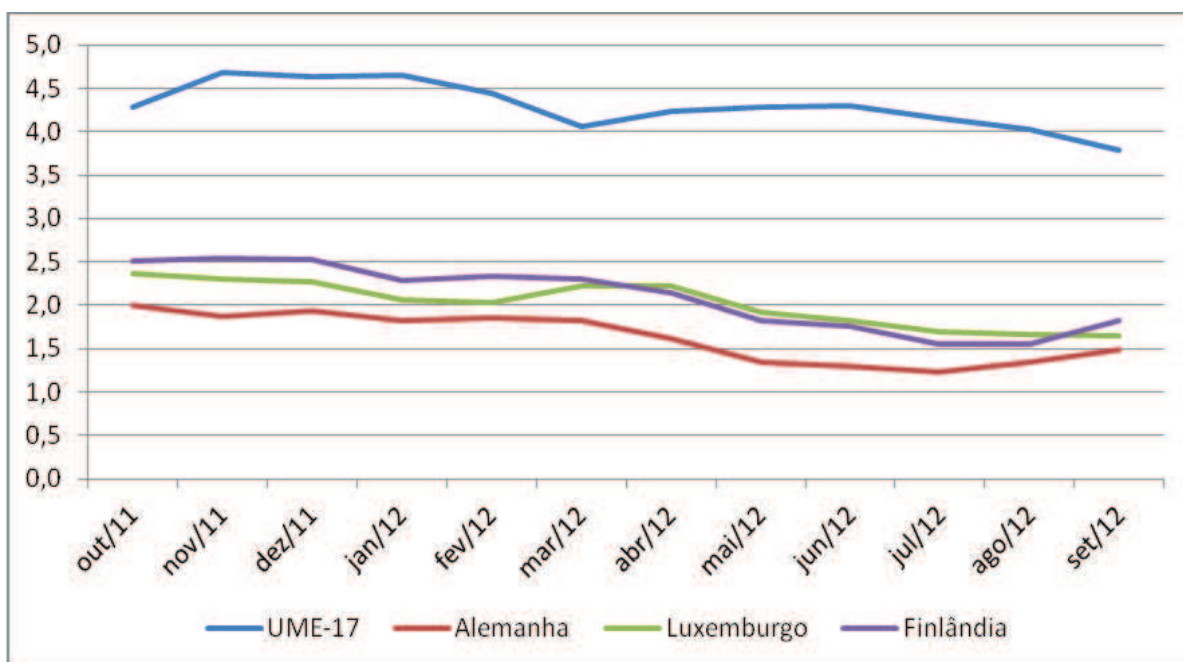
Fonte: European Commission (2012a)

A inflação anual na Zona do Euro foi de 2,5% em outubro de 2012 e abaixo dos 2,6% em setembro. Um ano antes, a taxa era de 3,0%. A inflação mensal foi de 0,2% em outubro de 2012. Em outubro de 2012, as menores taxas anuais foram observadas na Grécia de 0,9% e na Letônia de 1,6%, e a maior na Estônia de 4,2%. Em comparação com setembro de 2012, a inflação anual caiu em treze Estados-membros, permaneceu estável em quatro e subiu em dez. As menores taxas anuais, até outubro de 2012 foram registradas na Grécia de 1,4% e Irlanda de 1,9%, e a maior na Estônia com 4,3%.

Através das informações do European Commission (2012a), também foi possível detectar que de 1998 até 2012, a taxa de juros da Zona do Euro teve média de 2,65% atingindo um período de alta de 4,75% em outubro de 2000 e um recorde de baixa de 0,75% em julho de 2012. No Gráfico 10, nota-se que em média a taxa de juros foi de 4,3% na UME

nos doze meses representados, registrando a mínima de 3,8% em setembro de 2012. Os três países que apresentaram menores resultados, foram Alemanha, Luxemburgo e Finlândia, respectivamente, esses países apresentaram a metade da média da taxa de juros da UME no período de outubro de 2011 a setembro de 2012. O objetivo primordial da política monetária do BCE é manter a estabilidade de preços. Os governadores do Conselho do BCE definiram estabilidade de preços como um aumento ano-a-ano do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) para a Área do Euro abaixo de 2%.

Gráfico 10 - Evolução da taxa de juros na Zona do Euro no período de outubro/2011 a setembro/2012 (%)



Fonte: European Commission (2012b)

O aumento do endividamento dos países europeus tornou-se inevitável diante da crise. Cinco dos países da integração⁸ não conseguiram gerar crescimento econômico suficiente para ter capacidade de pagar suas obrigações. Embora apenas estes tenham sido vistos como sendo os países na situação de uma possível inadimplência, a crise tem consequências de longo alcance que vão além de suas fronteiras. A Tabela 2 representa o percentual da dívida pública sobre o PIB de sete países da UME, além dos países citados por apresentarem uma situação mais crítica, foram representadas também as economias de destaque na União Monetária, que tiveram um percentual do PIB relevante na Zona do Euro.

⁸ Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha

Tabela 2 – Evolução da dívida pública em relação ao PIB na Zona do Euro de janeiro/2010 a setembro/2012

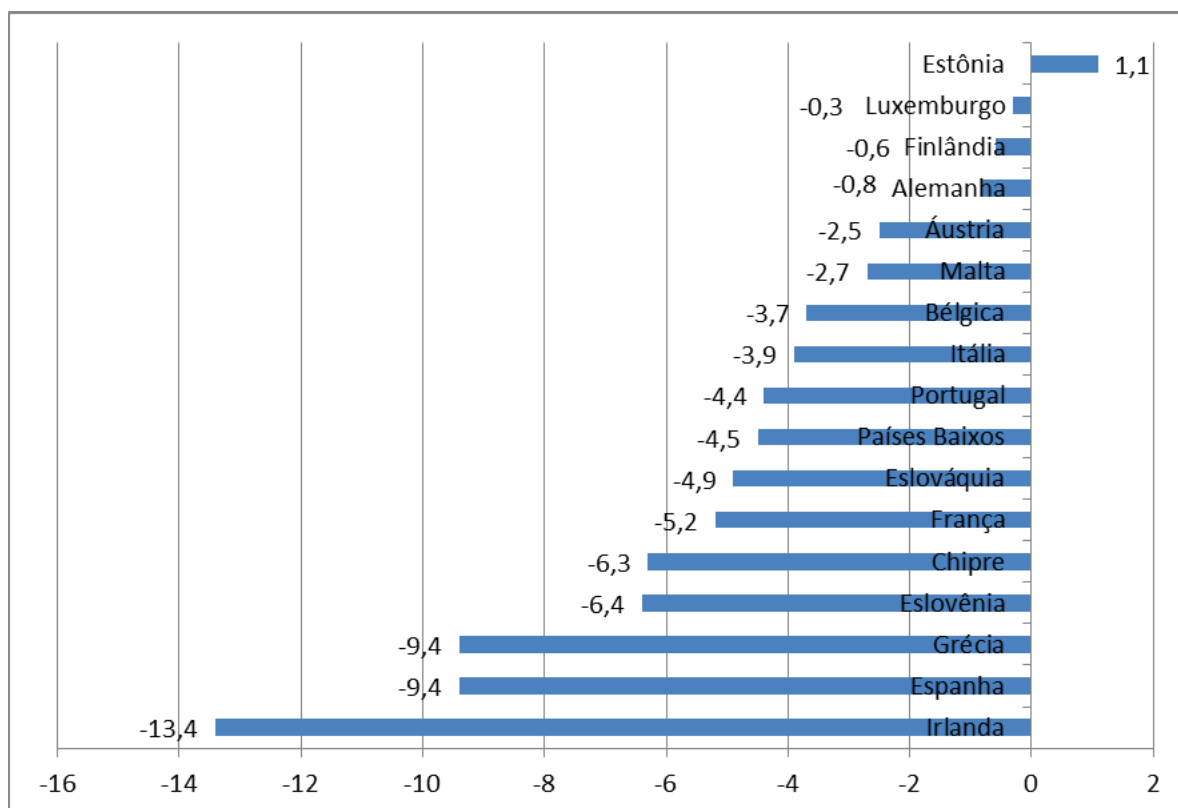
Países	2010	2011	2012	% PIB na UME/2010
Alemanha	74,5	82,5	80,5	27,0
Espanha	53,9	61,5	69,3	11,5
França	79,2	82,3	86,0	21,1
Grécia	129,7	148,3	170,6	2,5
Irlanda	64,9	92,2	106,4	1,7
Itália	116,4	119,2	120,7	17,0
Portugal	83,2	93,5	108,1	1,9
Total UME	85,36	87,33	91,64	100

Fonte: United Nations Economic Commission for Europe (2012), European Central Bank – ECB ([2012])

No final do segundo trimestre de 2012, a dívida pública em relação ao PIB na Zona do Euro situou-se em 90,0%, em comparação com 88,2% no fim do primeiro trimestre de 2012. Na UE, a proporção aumentou de 83,5% para 84,9%. Comparado com o segundo trimestre de 2011, a dívida pública em relação ao PIB cresceu na Zona do Euro de 87,1% para 90,0% e na União Europeia de 81,4% para 84,9%. As maiores proporções de dívida pública em relação ao PIB, no final do segundo trimestre de 2012 foram registradas na Grécia com 150,3%, Itália com 126,1%, Portugal com 117,5% e Irlanda com 111,5%, e a menor, na Estônia de 7,3%, Bulgária de 16,5% e Luxemburgo de 20,9%.

No que se refere ao déficit orçamental em relação ao PIB em 2011, dezessete Estados-membros da União Europeia tiveram déficits superiores a -3% do PIB, dentre eles, onze pertencentes à Zona do Euro, conforme demonstrado no Gráfico 11. Considerando o valor de referência de -3%, a Zona do Euro obteve -4,13%, o mínimo observado foi em Luxemburgo com -0,3% e o máximo na Irlanda com -13,4%.

Gráfico 11 - Resultado orçamental em relação ao PIB na Zona do Euro no ano de 2011(%)



Fonte: ECB ([2012])

Nos quatro trimestres de 2010, o percentual do déficit em relação ao PIB foi de -8,2%, -4,4%, -7,5% e -4,8% respectivamente. No ano de 2011 houve uma melhora em todos os trimestres passando para - 5,7%, -3,3%, -4,5% e -3,2% respectivamente. No primeiro trimestre de 2012 o déficit em relação ao PIB foi de -5,2% e no segundo trimestre foi de -2,9%, ambos os resultados apresentaram uma pequena melhora em relação ao mesmo período dos dois anos anteriores. Apesar de os números demonstrarem maior controle sobre o déficit orçamentário, a dívida pública continua a crescer além dos limites estabelecidos na zona do euro. Os dezessete países que utilizam o euro como moeda corrente tiveram déficit orçamentário equivalente a 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011, uma redução de 2,1 pontos percentuais em relação a 2010. O limite máximo individual estabelecido pela zona do euro é de 3% do PIB. Apesar de os países estarem se endividando menos, a dívida total na zona do euro cresceu de 85,4% para 87,3% do PIB, muito além do teto de 60%.

Nos países europeus mais atingidos pela crise econômica, o resultado acabou sendo maior do que se esperava. Principalmente na Espanha, o déficit orçamentário espanhol foi de 9,4% do PIB, em vez do 8,5% inicialmente previstos. Na Grécia, o déficit também chegou ao patamar de 9,4%, em vez dos 9,1% estimados pela European Commission (2012a) há alguns meses. Em

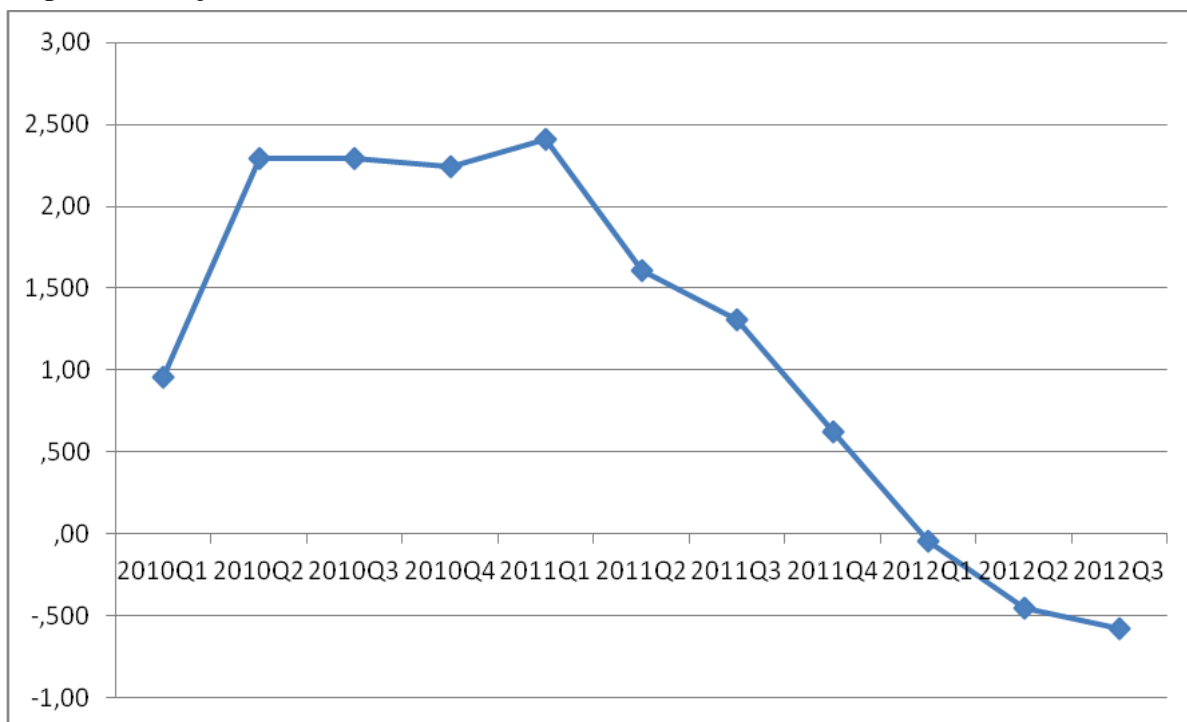
Portugal o déficit orçamentário foi de 4,4%, em vez de 4,3%, e na Irlanda atingiu 13,4%, ante os 13,1% esperados. O déficit público na Alemanha foi mais baixo do que o esperado, fechando em 0,8% do PIB em vez de 1%, ficando atrás apenas de Luxemburgo com 0,3% e Finlândia com 0,6%.

O corte de gastos para reduzir a diferença entre as receitas e despesas levou a protestos públicos na Grécia e na Espanha e a remoção do partido no poder na Itália e em Portugal. Em nível nacional, a crise levou a tensões entre os países fiscalmente sólidos, como a Alemanha, e os países mais endividados, como a Grécia. Depois de muitas discussões, a Grécia concordou em cortar gastos e aumentar os impostos. A tensão criou a possibilidade de que um ou mais países europeus acabariam por abandonar o euro. Esta preocupação contribuiu para a fraqueza periódica no euro em relação a outras principais moedas globais durante o período de crise.

Houve uma recessão no final de 2011, devido, em parte, a perda geral de confiança entre empresas e investidores. No entanto, os países mais ricos da Europa têm pouca escolha além de pressionar as nações menores, uma vez que estão enfrentando a pressão de seus próprios cidadãos. Em 2012, a Europa permaneceu numa situação econômica complicada, a chance de um novo choque econômico para a região e para a economia mundial como um todo é ainda uma possibilidade significativa, e provavelmente tende a continuar assim por vários anos.

O PIB caiu 0,2% na Zona do Euro durante o segundo trimestre de 2012 em comparação com crescimento zero no primeiro trimestre, conforme demonstrado no Gráfico 12 que representa o comportamento trimestral da taxa de crescimento do PIB da Zona do Euro no período de janeiro/2010 a setembro/2012. A Alemanha viu seu PIB crescer 0,3% no segundo trimestre, mais lento do que o aumento de 0,5% no primeiro trimestre, mas melhor do que o previsto, de acordo com relatórios da European Commission (2012a). O volume econômico da França, a segunda maior economia da zona do euro, manteve-se inalterada no trimestre, o terceiro trimestre consecutivo para a economia do país à estagnação, a economia italiana encolheu 0,7% de abril a junho, depois de uma queda de 0,8% trimestre sobre trimestre nos primeiros três meses deste ano, enquanto a Espanha, quarta maior economia da zona do euro, manteve a tendência de queda observada nos dois trimestres anteriores para diminuir de 0,4%. O PIB dos países da UE também diminuiu 0,2% no segundo trimestre, com a Grã-Bretanha, a segunda maior economia da União Europeia, registrando uma redução de 0,7% na sua economia.

Gráfico 12 - Comportamento trimestral da taxa de crescimento do PIB da Zona do Euro no período de janeiro/2010 a setembro/2012



Fonte: ECB ([2012])

O setor externo europeu também foi afetado relevantemente, os Estados-Membros da UE tiveram mais investimentos estrangeiros diretos (IED) de outros Estados-membros do que fora da UE-27 em 2010, 56,1% do total da UE-27. Segundo informações do BCE, as quotas de mercado interno de IED para o exterior e para o interior total sofreu quedas relevantes em 2009, durante a crise financeira global, ambas as partes se recuperaram em 2010. Em 2010, os Estados Unidos foi o principal parceiro comercial extra UE de mercadorias, de serviços e para o IDE. A China foi o principal parceiro comercial de importações de mercadorias para a UE. Suíça, China, Rússia, Japão e os EUA para o comércio de serviços. Entre os Estados-membros, a Alemanha foi o principal contribuinte para o comércio de bens. Eslováquia registou a maior parte do comércio da UE em seu comércio intratotal em serviços e Estônia a maior parcela dos investimentos da UE em sua intra IDE.

A Eslováquia, com exportações totais de bens de 49 milhões de euros, registrou em 2010, a maior parte do comércio intra-UE em suas exportações totais de bens, seguida por Luxemburgo, com total de exportações de bens de 15 milhões de euros. Para os fluxos de importação, Luxemburgo teve a maior participação com 81,5% do comércio intra UE, seguido pela Estônia com 79,7%. No comércio de serviços, a Eslováquia registou o mais elevado percentual do comércio de exportação intra UE, seguido pela República Checa, Áustria e

Malta. Para o comércio de importação de serviços, a Eslováquia voltou a ter a maior porcentagem de intra-UE, seguido por Estônia e Polônia.

Para o IDE, Estônia registou o maior percentual de investimento intra UE, superior a seu investimento total para o exterior devido a desinvestimentos extra UE. O Reino Unido, Hungria, Letônia e Áustria registou percentuais negativos devido ao desinvestimento externo global com outros Estados-Membros, enquanto a participação negativa da Romênia resultou de desinvestimento externo como total mundial. Suécia registra o maior percentual de investimento interno intra UE, seguida pela Eslováquia, Áustria e Bélgica. Todos esses países tinham desinvestimento extra UE.

Alemanha, com o comércio no valor de 1.091 bilhões de euros foi o Estado-Membro de liderança para o comércio intra UE de bens, em 2010, seguido pela França que teve 551 milhões de euros. A Alemanha foi o maior contribuinte para as exportações de bens intra e extra UE em 2010, com 22,8% do comércio intra UE e 28,1% do comércio extra UE, seguido pelos Países Baixos, com 13,1% comércio intra UE e França com 11,4% do comércio extra UE. Três Estados-Membros da UME apresentaram os maiores percentuais de investimento externo na UE; Luxemburgo registou 34,3% do investimento total, seguido pela Alemanha com 23,5% e França com 20%. Portugal com -2,6% foi o maior contribuinte negativo da UME devido aos desinvestimentos globais com intra UE. Para investimento fora do território da UE, Luxemburgo foi novamente o maior investidor, com 36,4%.

Krugman e Obstfeld (2009) afirmou que a falta de um centro político forte na UME poderia limitar a legitimidade política do BCE. A união está longe de se assemelhar às formas constitucionais de um Estado-nação. Muitos dos poderes da União derivam-se dos tratados entre os membros. Grande parte de sua legislação depende da incorporação de iniciativas de estrutura comum no nível dos membros, e depende também de ramos executivos daqueles Estados conduzirem políticas comuns.

O sistema de tomada de decisão comum depende ainda, em grande medida, de acordos entre os governos nacionais. Sendo assim, pode-se dizer que a União Monetária Europeia não se ajusta a um esquema constitucional estabelecido; não é como um Estado unitário, federal ou confederativo, mas como afirma Hirst et al. (1998) uma associação de Estados contínuos com algumas funções de governabilidade, operacionalmente específicas, exercidas por um poder público comum. Tal integração é muito avançada, mas ainda não pode ser comparada a uma área monetária ótima, como os Estados Unidos. No próximo capítulo detalharemos mais essa conclusão, a partir de uma análise comparativa entre a UME, o Mercosul e os Estados Unidos.

A análise dos resultados permitiu constatar que até 2007, os critérios de convergência eram cumpridos pela maioria dos países da UME, após a crise não foram cumpridos também pela maioria dos países da UME. Há uma grande heterogeneidade econômica entre os países pertencentes a Zona do Euro e a rigor os critérios de convergência não tem sido sistematicamente cumpridos pelos países aderentes a unificação monetária no ano de seu ingresso. A flexibilização no que tange a convergência monetária dessa integração permanece no período pós crise, pois conforme demonstrado as economias europeias ainda não conseguiram se recuperar.

4 A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES DO MERCOSUL

A discussão sobre a integração econômica dos países do Mercosul passa pela análise dos avanços obtidos nesse processo desde o Tratado de Assunção até o presente, com ênfase aos resultados macroeconômicos da região e do fluxo de capitais intra e extra regional. A atualização do processo de integração é feita por meio da análise da atual conjuntura do bloco no que diz respeito à zona de livre comércio, à união aduaneira e à formação de um mercado comum. São abordados aspectos legais, comerciais e trabalhistas, avaliando-se a evolução do Mercosul e seu nível de aproximação a uma área monetária ótima.

O processo de integração econômica do Mercosul evoluiu consideravelmente até 1997, mas atualmente tem sido mais lento devido às divergências políticas, ideológicas e principalmente econômicas entre seus membros, como afirma Averbug (1998). Tais divergências econômicas estão relacionadas aos problemas e as discrepâncias de nível macroeconômico existente entre os quatro países, suas políticas cambiais e seus níveis de déficit público, fiscal e de inflação. Este capítulo trata sobre os antecedentes da integração econômica, sua evolução histórica e principais aspectos econômicos do Mercosul, esboça como essa integração econômica evoluiu, seus principais avanços e retrocessos são analisados de acordo com critérios de Área Monetária Ótima numa avaliação comparativa com a União Europeia e Estados Unidos apontando os resultados conclusivos dessa pesquisa.

4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS DO MERCOSUL

A formação do Mercosul foi uma resposta sul-americana às exigências da nova dinâmica da economia mundial. A integração representou o ponto culminante de uma tendência que vinha se fortalecendo desde os anos 50, quando a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) já estimulava maior integração e cooperação regional, e se alastrou pelas décadas seguintes, em meio ao processo de globalização. O ano de 1985 é o marco inicial do processo político que resultou na criação do Mercosul. Foi o momento em que Brasil e Argentina iniciaram as negociações comerciais, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Com vistas à formação de um mercado regional, os Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinaram, em 30 de novembro de 1985, a Declaração de Iguazu, no documento enfatizaram objetivo de aproximação das duas economias e criaram

a Comissão Mista de Cooperação e Integração Bilateral, à qual coube a formulação de propostas de integração entre Brasil e Argentina. O resultado do trabalho da Comissão Mista levou à assinatura, na cidade de Buenos Aires, em 29 de julho de 1986, da Ata para a Integração Argentino-Brasileira. No acordo, Brasil e Argentina comprometeram-se a cumprir o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). Por meio do PICE, foram estabelecidos protocolos setoriais, voltados à integração de setores produtivos específicos. O objetivo do Programa era abrir, de modo seletivo, os mercados nacionais e estimular a complementaridade das economias, a fim de permitir condições de adaptação dos agentes privados ao novo ambiente econômico.

Em 29 de novembro de 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Nesse acordo, os dois países estabeleceram um prazo de dez anos para a formação de um espaço econômico comum, mediante a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias e a elaboração de políticas conjuntas. O objetivo do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento foi reafirmado pelos Presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Saúl Menem com a assinatura da Ata de Buenos Aires, em 6 de julho de 1990. A metodologia de trabalho para a criação de um mercado comum, no entanto, foi alterada. Em primeiro lugar, a Ata de Buenos Aires diminuiu o prazo estipulado pelo Tratado de 1988, estabelecendo a data de 31 de dezembro de 1994 para a constituição de um mercado comum entre Brasil e Argentina. Em segundo lugar, em vez de acordos setoriais, privilegiou-se a redução linear de tarifas aduaneiras e de barreiras não-tarifárias, de acordo com informações de BRASIL ([2011?]). A aceleração da estratégia de integração econômica ocorreu no período em que Brasil e Argentina passavam por reformas econômicas baseadas na liberalização comercial.

O processo de integração regional oficializou-se em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, e vem se desenvolvendo gradualmente até os dias atuais. Esse acordo foi assinado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Tal acordo foi um acontecimento decisivo no processo de integração econômica do Mercosul, pois previa a constituição de um mercado comum entre os quatro países, com a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Os principais objetivos eram promover o comércio intra-regional, modernizar a economia local e projetar a região de forma competitiva no mercado internacional. Posteriormente, em 1994, o Protocolo de Ouro Preto foi assinado como um complemento do Tratado, estabelecendo que o Tratado de Assunção fosse reconhecido jurídica e internacionalmente como uma organização. Em 29 de junho de 2012, Brasil, Argentina e Uruguai suspenderam o Paraguai como membro do Mercosul até as eleições de abril de 2013

como sanção pelo *impeachment* do presidente Fernando Lugo, qualificado como golpe parlamentar, tal fato possibilitou a entrada da Venezuela no Mercosul, pois apesar das restrições uruguaias, o Paraguai foi o único dentre os integrantes que vetou a entrada da Venezuela no Mercosul. Em 12 de agosto de 2012, durante a vigência da Presidência *Pro Tempore* Brasileira, oficializou-se a entrada da Venezuela no bloco.

O Mercosul objetiva a formação de um mercado comum entre seus Estados-Membros. De acordo com o art. 1º do Tratado de Assunção, a criação de um mercado comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Membros; o compromisso dos integrantes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, no intuito de fortalecer o processo de integração. A criação do bloco tem por objetivo não só o incremento do comércio intra regional, mas também o estímulo às trocas com outros países. São Estados Associados do Mercosul a Bolívia e Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Além disso, o Tratado de Assunção é aberto, mediante negociação, à adesão dos demais Países Membros da ALADI. Nesse sentido, foi assinado, em 4 de julho de 2006, o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, que foi ratificado em 12 de agosto de 2012. (BRASIL, [2011?]).

A partir do recente ingresso da Venezuela em agosto de 2012, o Mercosul tem uma população de cerca 275 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul), PIB a preços correntes da ordem de US\$ 3,3 trilhões (83% do PIB sul-americano) e território de 12,7 milhões de km² (72% da área da América do Sul), segundo informações de BRASIL (2012c).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revela que a população abaixo dos 30 anos do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai enfrenta grandes dificuldades de transição da escola para o mercado de trabalho.¹ O estudo do PNUD ([2009?]) analisou jovens de 15 a 29 anos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Segundo a agência da ONU mais de 65 milhões de pessoas que estão nessa faixa etária vivem nos quatro países e, apesar do nível educacional ser melhor do que em gerações anteriores, eles enfrentam grandes dificuldades de transição da escola para o mercado de trabalho. No Brasil, Argentina

¹ O nome do relatório é "Inclusão: Juventude e Desenvolvimento Humano" o qual foi o primeiro dedicado exclusivamente ao Mercosul.

e Uruguai, a população abaixo dos 30 anos representa quase 60% do total de desempregados. No Paraguai o número sobe para 70%.

A análise da situação do emprego no Mercosul ainda carece de uma base comparativa, tendo em vista a ausência de estatísticas harmonizadas. Diante da carência de informações, a Tabela 3 apresenta a evolução da taxa de desemprego no Mercosul no período de 1999 a 2012. A taxa de desemprego no Mercosul nesse período foi em torno de 10%, uma taxa superior a registrada pelos países da União Monetária Europeia, pois no mesmo período a taxa de desemprego na UME foi em torno de 8,5%. Apesar dos melhores resultados nos últimos anos, a taxa de desemprego mais elevada foi registrada na Argentina, que obteve uma média de 12% no período, seguida pelo Uruguai com 11,3%, Paraguai 9,3% e o Brasil que apresentou a menor taxa de desemprego da integração econômica, que foi de 8,3% no período analisado.

Tabela 3 – Evolução da taxa de desemprego no Mercosul no período de 1999 a 2012 (%)

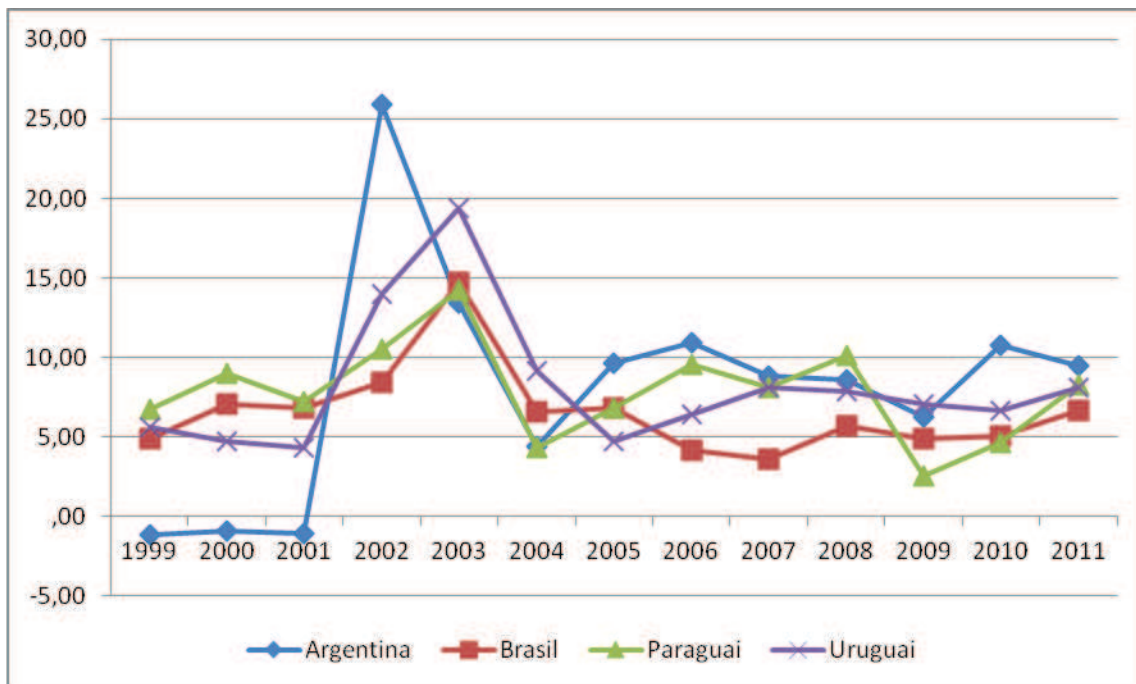
Período	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1999	14,0	7,50	-	11,8
2000	15,1	7,10	16,0	13,9
2001	17,4	6,40	17,8	15,5
2002	19,7	-	18,2	17,0
2003	17,3	12,3	8,1	16,7
2004	13,6	11,5	7,3	12,9
2005	11,6	9,8	5,8	11,8
2006	10,2	10,0	6,7	10,6
2007	8,5	9,3	5,6	8,6
2008	7,9	7,9	5,7	7,2
2009	8,7	8,1	7,9	7,6
2010	7,8	6,7	5,7	6,9
2011	7,2	6,0	6,6	6,2
2012	-	6,0	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013), Instituto Nacional de Estadística y Censos de la Republica Argentina - INDEC (2012), Instituto Nacional de Estadística - INE (2012a), GMM (2013)

O Brasil também adotou uma política econômica mais acertada, em relação aos outros países da integração econômica do cone sul, no que diz respeito à taxa de inflação. A taxa de 6,6%, registrada em 2011, além de ficar exatamente dentro da meta do governo, consolidou o Brasil como o país com o menor índice de inflação acumulada nos últimos dez anos, entre os países do Mercosul, conforme o Gráfico 13 que ilustra o comportamento da taxa de inflação no Mercosul no período de 1999 a 2011. Apesar do cumprimento da meta pelo Brasil, o Mercosul registrou uma das maiores inflações mundiais em 2011, a média do índice de Brasil,

Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, foi de 9,3% em 2011, de acordo Florida International University (2012), a taxa foi elevada principalmente devido a Argentina e a Venezuela.

Gráfico 13 - Comportamento da taxa de inflação anual dos países do Mercosul no período de 1999 a 2011 (%)



Fonte: World Bank (2013)

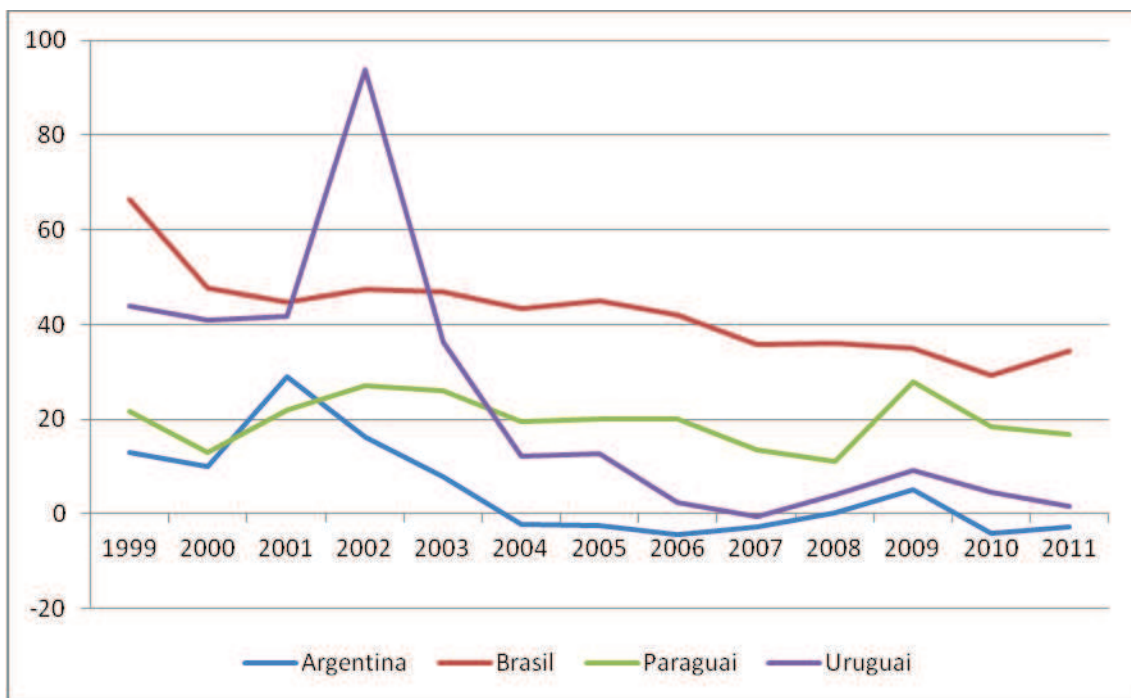
A necessidade de melhor coordenação macroeconômica entre os países do Mercosul vem se tornando evidente. E a experiência da União Europeia pode servir como exemplo. Como exigência do processo de unificação, os países europeus tiveram que padronizar suas políticas econômicas antes de aderirem a uma moeda comum e darem seguimento à integração econômica. Foram estabelecidos níveis máximos de tolerância para inflação, déficit fiscal e dívida pública, conforme mencionado anteriormente.

As economias do Mercosul historicamente apresentaram grande instabilidade macroeconômica, com relevantes flutuações das suas taxas de inflações, porém no período recente tais taxas têm apresentado uma maior estabilidade, conforme ilustra o Gráfico 13, que representa o comportamento da taxa de inflação anual no Mercosul no período de 2000 a 2011. A taxa de inflação brasileira no período de formação do bloco, a partir de 1991, atingiu o máximo em 1994 de 2076% e o mínimo em 1998 de 3,2%, um nível de instabilidade muito alto. A Argentina no mesmo período atingiu o máximo em 1991 de 172%, seguida pelo Uruguai no mesmo ano com 102% enquanto o Brasil teve uma taxa de 433% nesse mesmo

ano. Nos últimos anos as taxas de inflação dos quatro países fundadores e Venezuela apresentaram oscilações na média de 1,1 pontos percentuais.

As elevadas flutuações nas taxas de juros que também eram verificadas historicamente no Mercosul, no período recente se mostram mais estáveis, como está ilustrado no Gráfico 14 que apresenta o comportamento da taxa de juros real no período de 1999 a 2011. Ao longo do período analisado, o Brasil apresentou em média, a maior taxa de juros real, com cerca de 41%, o Uruguai após seu ponto máximo em 2002 de 94%, vem apresentando taxas de juros real baixas nos últimos anos, registrando 2% em 2011, com média de 22% no período de 2000 a 2011. A Argentina é dentre os integrantes do bloco, o país que apresenta as menores taxas de juros reais, apresentando uma média de 4% no período analisado.

Gráfico 14 - Comportamento da taxa de juros dos países integrantes do Mercosul no período de 1999 a 2011 (%)



Fonte: World Bank (2013)

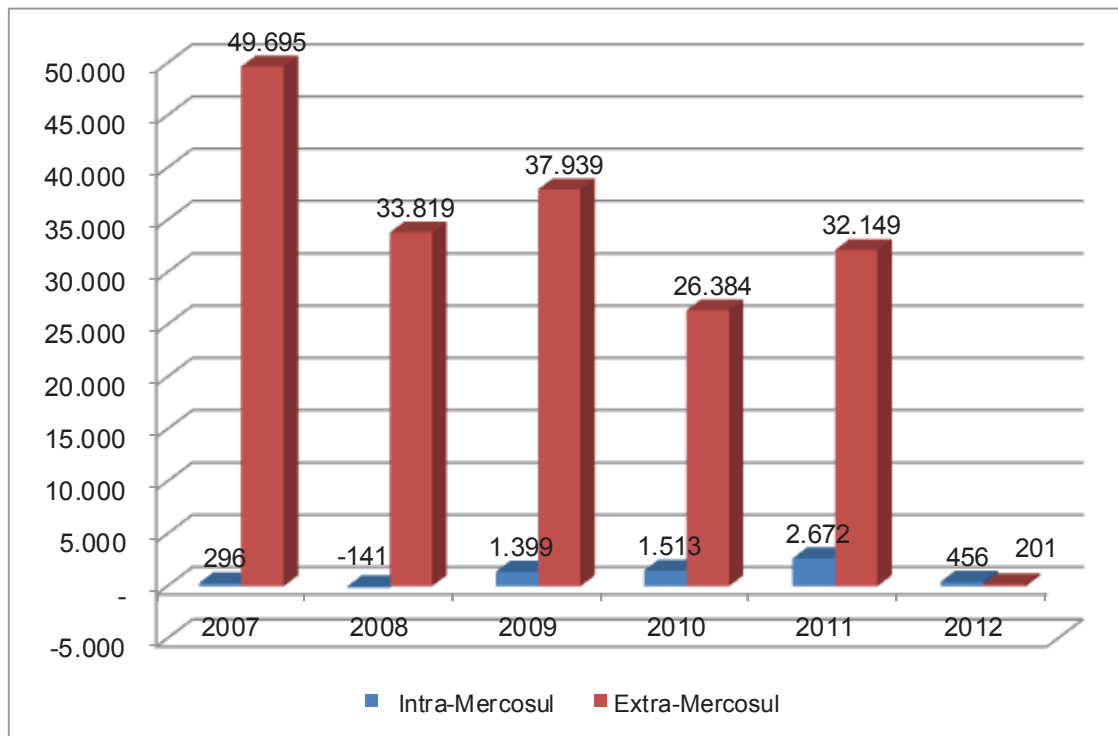
Segundo Brasil ([2011?]), de 2002-2007, a corrente de comércio entre o Brasil e os países do Mercosul apresentou forte crescimento, passando de US\$ 8,9 bilhões, em 2002, a US\$ 28,9 bilhões, em 2007. Caso se inclua no cálculo o comércio Brasil-Venezuela, que em 2007 alcançou US\$ 5,07 bilhões, os valores do comércio total do Brasil com o Mercosul alcançariam a cifra de US\$ 33,97 bilhões, em 2007. Nesse período, o fluxo entre Brasil e Argentina aumentou quase 354%, passando de US\$ 7 bilhões para US\$ 24,8 bilhões. No que se refere ao intercâmbio com o Uruguai e o Paraguai, observa-se crescimento respectivo de

230% e 220% durante o mesmo período. Com o Uruguai, a corrente de comércio passou de US\$ 897 milhões para US\$ 2,07 bilhões; com o Paraguai, de US\$ 942 milhões para 2,08 bilhões.

O comércio intra-Mercosul tem participação relevante sobre o comércio total geral do Brasil. Segundo dados de 2007, esse comércio representou 10,8% das exportações e 9,64% das importações nacionais, excluído o comércio com a Venezuela. Para efeitos de comparação, como país individual, somente os Estados Unidos têm participação maior tanto nas exportações (15,6%) quanto nas importações (15,52%). A participação da China no comércio total do Brasil supera a do Mercosul apenas nas importações (10,4%). No comércio com os sócios fundadores do Mercosul, o Brasil tem obtido superávits crescentes. Em 2002, o intercâmbio comercial registrou déficit de US\$ 2,2 bilhões para o Brasil. Em 2007, o saldo positivo brasileiro chegou a US\$ 5,7 bilhões. (MERCOSUL, 2000).

Apesar dessa elevação no comércio intra-Mercosul, conforme está reportado no Gráfico 15, que representa o total da balança comercial intra e extra-Mercosul no período de 2007 a 2012, observa-se que, esse permanece ao longo do período analisado representando uma parcela muito inferior com relação ao comércio extra-Mercosul. O percentual intra-Mercosul sobre o total passou de 0,59% em 2007 para 7,67% em 2011, com informações até o mês de julho de 2011.

Gráfico 15 - Total da balança comercial intra e extra Mercosul no período de 2007 a fevereiro de 2012 (em bilhões de dólares – US\$ FOB)



Fonte: Brasil ([2012a])

Pode-se observar na Tabela 4, reportada logo abaixo, que ocorreu uma elevação relevante do Investimento Direto Estrangeiro em todos os países participantes do Mercosul, especialmente o Brasil que passou de iniciais US\$11,01 bilhões acumulados no período de 1991 a 1995 para US\$ 146,90 bilhões acumulados no período de 2006 a 2010.

Tabela 4 – Investimento Direto Estrangeiro nos países-membros do Mercosul - 1991 a 2010 (em milhões de dólares)

País	1991 -1995	1996 -2000	2001-2005	2006 -2010
Argentina	18.907,42	57.805,48	15.357,02	28.072,89
Brasil	11.009,12	119.997,90	82.403,26	146.903,27
Paraguai	493,43	925,70	212,78	1.097,10
Uruguai	456,24	936,06	2.086,72	7.283,40

Fonte: UNCTAD (2012)

Nota: Dólares a preços correntes e taxa de câmbio atual

A obrigação de controlar as taxas de inflação, a taxa de juros e o nível de endividamento, entre outros fatores, traria estabilidade econômica à região, fazendo com que sua credibilidade no mercado internacional aumentasse substancialmente. Averbug (1998)

assegura que estas exigências possuem função estratégica dupla de preparar os países para a adoção da moeda comum e forçá-los a manter suas economias operando dentro de padrões toleráveis, inclusive sob a supervisão dos demais membros.

O Mercosul avançou consideravelmente nas questões comerciais, mas ainda há o que progredir em relação à consolidação da União Aduaneira e à constituição de um mercado comum com todas as suas características de integração. A consolidação do Mercosul vem trazendo claros benefícios de ordem econômica como comércio mais intenso, maiores investimentos intra-regionais, políticos, maior aproximação com seus vizinhos e benefícios culturais como maior integração com a América do Sul. Porém, Averbug (1998) afirma que muitos prazos de convergência estabelecidos no Tratado de Assunção tiveram que ser adiados.

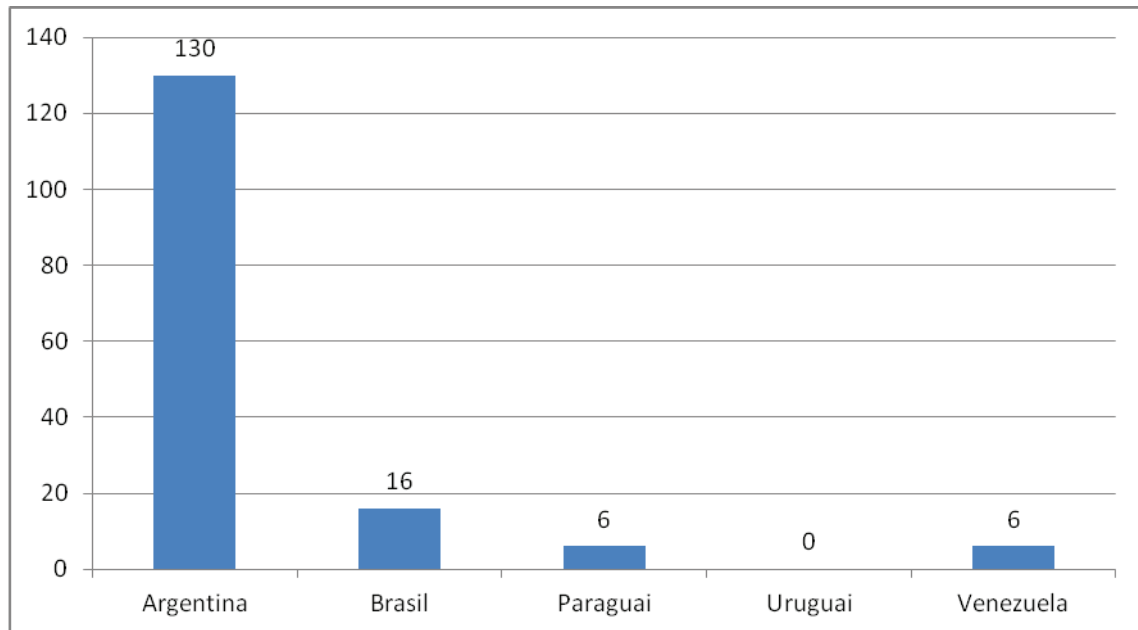
4.2 AVANÇOS E RETROCESSOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Em julho de 1998, o protocolo de Ushuaia, nome de uma cidade da Argentina, deu um importante passo rumo à integração econômica das nações que formam o grupo. Estabeleceu-se um plano de uniformização de taxas de juros, índice de déficit e taxas de inflação. O documento também previa a criação de uma moeda única, porém não estabelecia uma data certa para a sua implantação. Atualmente, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela ainda divergem em muitos pontos estabelecidos no acordo e deixam cada vez mais distante a possibilidade de uma unificação monetária.

Os países do Mercosul possuem políticas econômicas muito distintas e oscilantes. Para que o grau máximo de integração seja alcançado, um longo caminho deve ser trilhado e muitas concessões deverão ser feitas entre as nações. O cenário de crise na Europa vem causando incertezas aos países do Mercosul, que hesitam na tomada de decisão para repetir a experiência europeia.

Um dos nítidos retrocessos da integração econômica são as excessivas medidas restritivas adotadas pelos países participantes, conforme Gráfico 16 que representa o número de medidas restritivas contra o livre comércio no Mercosul em 2012, observa-se que a Argentina mantém mais que o triplo de ações contra o livre comércio no Mercosul do que todos os outros países que fazem parte do bloco somados. Há em vigor 130 medidas adotadas pelos argentinos contra Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela. Esses quatro países, por sua vez, mantêm 28 ações restritivas que prejudicam o livre comércio do bloco. Entre os membros do G20, a Argentina também lidera em quantidade de medidas restritivas, com 116 ações.

Gráfico 16 - Número de medidas restritivas contra o livre comércio no Mercosul em 2012



Fonte: Global Trade Alert (2013)

Na primeira década de formação do bloco, o otimismo sobre a integração era intenso e além de uma liberação total do comércio intra Mercosul planejava-se um Parlamento regional com amplas atribuições eleito pelo voto direto. Até sindicatos dos quatro países avaliavam greves conjuntas. Tratavam-se os projetos como unidades militares combinadas entre os países, moeda e passaportes únicos e embaixadas conjuntas. Mas, depois de 20 anos, as diferenças floresceram e atrasaram a integração.

As exportações totais do Mercosul no período passaram de 9% intra Mercosul em 1999 para 15,7% intra Mercosul em 2010, de acordo com os dados da Alice Web Mercosul (BRASIL, [2012a]). No entanto, paralelamente ao crescimento comercial, as medidas protecionistas entre os sócios do Mercosul tornaram-se frequentes, gerando períodos críticos com rumores do iminente fim do bloco.

Apesar das declarações das autoridades dos países da integração econômica de que não houveram retrocessos na evolução do Mercosul, mas que se trata de um processo de avanço muito lento em um mundo dinâmico; o acompanhamento da evolução do bloco permite afirmar que em muitos aspectos este bloco econômico ainda não se consolidou. A dificuldade em implementar a livre circulação de bens e serviços entre os países, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, além de uma política macroeconômica e setorial entre os integrantes que assegure condições adequadas de concorrência entre eles são alguns dos argumentos que indicam tal desafio.

De acordo com as notícias da BBC Brasil (2012), a avaliação da revista britânica *The Economist* é de que a suspensão do Paraguai, a controversa adesão da Venezuela e a crescente tendência ao protecionismo na região minaram o sucesso do Mercosul, que cada vez mais se distancia de seus objetivos comerciais e consiste em uma união meramente sociopolítica.²

Outra crítica recorrente é o grau de protecionismo, segundo a BBC Brasil (2012), o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, fez uma crítica velada ao protecionismo argentino, ao criticar o protecionismo de "alguns países" do Mercosul e afirmar que essa postura não ajuda nas negociações para estabelecer uma área de livre comércio entre os dois blocos econômicos.

A disparidade de tamanho das economias fez com que a evolução do comércio fosse desigual. Bens e serviços ainda encontram várias barreiras para cruzar as fronteiras e os sócios menores reclamam que não receberam condições adequadas para competir com os maiores.

O acompanhamento da evolução do bloco também aponta os avanços da integração econômica como o aumento do poder de barganha dos países-membros no cenário internacional e o incremento no comércio regional. O bloco econômico também favoreceu a transnacionalização de empresas brasileiras e argentinas e o desenvolvimento do agronegócio e de diversos setores industriais em ambos lados da fronteira. Ainda assinou acordos de livre comércio com Israel, além de tratados de preferências fixas com Índia e África do Sul. Além disso, mantém negociações, embora atravancadas, com a União Europeia.

A proposta chinesa ao Mercosul de estudar a criação de uma zona de livre-comércio, a expectativa dos chanceleres dos quatro países de que a adesão total da Venezuela ocorra muito antes dos quatro anos destinados a aderir totalmente à TEC, a tentativa de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia do primeiro-ministro da Grã-Bretanha, David Cameron, o acordo de livre comércio entre os países do Mercosul e o Egito assinado em Agosto de 2012, a preparação de acordos para garantir que estudantes da região tenham mais facilidades para a obtenção de bolsas de estudo nos vários níveis, superior e pós-graduação. Além da assinatura do presidente da Bolívia, Evo Morales, em reunião de cúpula do Mercosul, do protocolo de adesão para que o país se torne o sexto membro-pleno do bloco, os países integrantes do Mercosul iniciaram em 2012, reunião de chefes de Estado em Brasília, sob expectativa de avanços na adesão de Bolívia e Equador como membros plenos, em meio ao aumento de políticas protecionistas de países do bloco.

² A ONG Human Rights Watch (HRW) também enviou uma mensagem na carta aos presidentes Dilma Rousseff (Brasil), Cristina Kirchner (Argentina) e José Mujica (Uruguai) afirmando que o respeito dos países do Mercosul a seus compromissos na área de direitos humanos foi posto em risco com a decisão de aprovar a adesão da Venezuela ao bloco.

A inclusão de países como a Bolívia, Equador e Venezuela é uma forma de trazer mais equilíbrio para o Mercosul, o que pode gerar uma melhor distribuição de poder dentro do bloco. O anúncio da adesão da Venezuela foi feito em julho de 2006 e se concretizou recentemente, porque ainda precisava ser aprovada pelo Parlamento paraguaio. Com a suspensão do Paraguai, a entrada da Venezuela no Mercosul por um lado é vista como um mercado a mais para os atuais integrantes do Mercosul, além de o país ser um importante fornecedor de petróleo. Por outro lado, alguns se perguntam se o presidente Hugo Chávez não pode se tornar um problema nas relações entre os países do bloco e com outros fora dele.

4.3 AVALIAÇÃO COMPARATIVA ENTRE MERCOSUL, UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Os critérios estabelecidos pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas, conforme abordado no primeiro capítulo desse trabalho, serão utilizados na presente seção para realizar uma avaliação comparativa entre o Mercosul e União Monetária Europeia, reafirma-se entretanto as críticas abordadas na literatura sobre o cumprimento desses critérios *a posteriori*. Sobretudo, busca-se investigar a existência de algumas indicações empíricas nas integrações econômicas, Mercosul, UME, que apontem a uma aproximação a uma área monetária ótima.

Sob o ponto de vista do critério de Mundell (1961), o qual estabelece a plena mobilidade do fator trabalho como uma variável de ajuste dos choques macroeconômicos. O grau de integração do mercado de trabalho tende a ser muito baixo e o critério que estabelece plena mobilidade do fator trabalho ainda está longe de ser satisfeito. Entre 2000 e 2005, as fronteiras internas da UME foram cruzadas, em média, apenas 0,1 a 0,3% da população em idade ativa em cada ano. A mobilidade regional da UME é maior embora seja em torno de menos de 1%. Inferior as taxas de mobilidade nos estados dos EUA, que excedem 3%. Apesar disso, o número de imigrantes vem crescendo na UME, na Espanha triplicou entre 2000 e 2010, e mais do que duplicou na Irlanda. Apenas em alguns países não foram verificados grandes aumentos, como a França, Alemanha e Países Baixos, bem como nos Estados Unidos. Já Dinamarca, Alemanha e Países Baixos todos obtiveram aumentos na proporção de graduados de nível universitário entre os imigrantes recentes. Nos EUA 13% da população total é de imigrantes, mesmo percentual que na Alemanha e na Bélgica; na Eslovênia, Grécia, Dinamarca e Itália 8% da população total é de imigrantes; Holanda 11%; França 12%; Espanha 14%; Áustria 15%; Estônia 17%; Luxemburgo tem o percentual mais alto com 37%;

e Portugal com 6% e Eslováquia 1% apresentam os menores percentuais de imigrantes da UME.³

O total de migrantes intra sul-americanos vem reduzindo nos últimos anos, 55% do total das migrações ocorreram devido à comunidade nascida no Brasil e residente no Paraguai. A região é caracterizada também por intensas migrações fronteiriças tanto com controles bastante rígidos, quanto, não raramente, um tanto invisíveis aos olhares das estatísticas oficiais. Segundo Souchaud e Fusco (2012) a migração dos paraguaios no Brasil se caracteriza pela grande dispersão no território nacional. Ocorreu uma ocupação fronteiriça, no Mato grosso do Sul e no Paraná, em microrregiões que contam com uma cidade de médio porte (Foz do Iguaçu, Dourados, Cascavel, Toledo). Há uma presença nas microrregiões que contam com grandes cidades, no interior (Campo Grande e Campinas) e no litoral (Porto Alegre, Florianópolis). Embora, em termos numéricos seja menos intensa que a emigração extra-regional, desafio a ser superado, que caracteriza uma nítida dispersão e falta de integração do mercado de trabalho no Mercosul.

O Grau de abertura da economia proposto por Mckinnon (1963) é também uma condição concebida pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas. Dessa forma a Tabela 5 compara o índice de abertura do Mercosul e União Monetária Europeia ao dos EUA.⁴

³ Informações de acordo com a OCDE (2012).

⁴ Os EUA é aqui utilizado no intuito de demonstrar os valores esperados para uma Área Monetária Ótima.

Tabela 5 – Indicadores do grau de abertura da economia americana em comparação com o Mercosul e União Monetária Europeia no período de jan./2000 a dez./2011

Anos	Mercosul			União Monetária Europeia		
	X	M	CC	X	M	CC
2000	11,66	7,26	8,95	1,05	0,65	0,8
2001	13,81	8,57	10,57	1,13	0,67	0,85
2002	21,14	12,17	15,45	1,27	0,68	0,9
2003	21,58	11,91	15,37	1,46	0,77	1,01
2004	20,04	10,66	13,94	1,54	0,79	1,05
2005	16,27	8,44	11,13	2,28	1,17	1,55
2006	13,72	7,32	9,57	2,22	1,2	1,56
2007	11,61	6,54	8,39	2,29	1,3	1,66
2008	9,68	5,74	7,22	2,23	1,35	1,68
2009	9,65	6,21	7,58	2,15	1,4	1,7
2010	7,54	4,8	5,88	2	1,29	1,57
2011	6,55	4,2	5,13	2,03	1,31	1,6

Fonte: Unctad(2012), IMF(2013)

Nota 1: X refere-se à exportações/ PIB, M, à Importações/PIB e CC é a conta de comércio em relação ao PIB, ou seja, $CC = X+M/PIB$

Nota 2: As informações são apresentadas relativamente ao grau de abertura dos EUA, considerando os EUA como 100, por se tratar de uma Área Monetária Ótima.

Observou-se de acordo com a Tabela 5, um elevadíssimo grau de abertura das economias americanas, grau de abertura médio do Mercosul e um baixo grau de abertura comercial na União Monetária Europeia. Para o caso do grau de abertura médio do Mercosul, o mesmo se situou a níveis próximos aos níveis verificados na União Europeia na década de 90, conforme constatado por Triches (2003).⁵

De acordo com informações do Brasil ([2011?]), uma Declaração Presidencial sobre Convergência Macroeconômica estabeleceu a etapa de transição dos mecanismos de convergência em 2001 quando os países decidiram que anunciariam conjuntamente seus objetivos específicos de inflação, variação do déficit fiscal líquido do setor público consolidada e a dívida líquida do setor público consolidado (deduzidas de reservas internacionais). Estes anúncios teriam de ser consistentes com as metas comuns acordadas a partir do ano 2002.

A partir de 2002, os presidentes dos Estados-membros do Mercosul acordaram como variável de fluxo fiscal a utilização do indicador variação do déficit fiscal líquido do setor público consolidado. Estabeleceu-se uma meta comum a partir de 2002 que fixou um valor máximo de 3% do PIB para todos os países. Nos anos 2002 e 2003, período de adequação,

⁵ Conforme poderá ser verificado no Anexo A na Tabela 10 – Indicadores do grau de abertura da economia brasileira em comparação com o Mercosul e com outros grupos de economias ao longo da década de 90.

definiu-se transitoriamente um valor máximo para o Brasil de 3,5% do PIB. Informações do World Bank (2013) demonstraram que no ano de 2003 o déficit foi 4% no Brasil, mas a média manteve-se em 2% no período de 2004 a 2010. O Uruguai também conseguiu manter a meta após 2003 e o Paraguai já apresentava resultados inferiores a 3% do PIB desde 2001.

Quanto a variável fiscal de estoque, definiu-se como indicador a média trienal da razão dívida líquida do setor público consolidado (deduzidas reservas internacionais) sobre o PIB nominal. Estabeleceu-se como triênio base os anos 2002-2004. A partir de 2010 um limite máximo indicativo comum para todos os países de 40% do PIB. Segundo dados do GMM (2013), o Brasil vem cumprindo essa meta desde setembro de 2010. Os países poderiam fixar individualmente um limite inferior ao estabelecido conjuntamente.

Em 2005, com base na média dos anos 2002-2004 definiu-se uma trajetória decrescente para as médias trienais sucessivas, excetuando-se aqueles países cujo resultado para esse indicador estivesse abaixo de 40%. Foi estabelecido um valor máximo de inflação de 5% para os anos de 2002 a 2005, mas nenhum dos Estados-membros conseguiu cumprir a meta. A Argentina apresentou uma média de 13,3% de inflação no período de 2002 a 2005, o Uruguai de 11,8%, Brasil 9,2% e Paraguai 9%. A partir de 2006, o valor máximo para o núcleo inflacionário foi fixado em 4% anuais. Adicionalmente, a partir de 2006 a tendência do núcleo inflacionário não deveria ser superior a 3% anual. O Paraguai reduziria a cada ano um quarto da diferença entre o valor observado da variável no ano de 2002 e o valor máximo de cada ano. O período de adequação teria vigência até 2006. Tais metas não foram alcançadas e conforme já visto nesse trabalho no Gráfico 13, da primeira seção do presente capítulo, os níveis de inflação permanecem altos, a média do Mercosul no ano de 2011 foi de 8,1%.

Dentre os procedimentos para a correção de desvios, o país que em um determinado ano incorrer em desvios, deveria explicitar, na primeira reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) posterior a esse ano, as medidas corretivas necessárias para convergir para as metas estabelecidas. Essa convergência deveria se verificada no final do ano seguinte ao da apresentação dos indicadores ao GMM. As medidas corretivas devem incluir, pelo menos, os seguintes pontos: i) projeção macroeconômica para o período de retorno às metas; ii) medidas de política macroeconômica; iii) medidas estruturais, quando for o caso.

Também foi estabelecido na Declaração Presidencial sobre Convergência Macroeconômica que o GMM analisaria tecnicamente a apresentação do país e levaria sua avaliação à Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais para a sua discussão e este foro emitiria os comentários que considere convenientes.

A Tabela 6 mostra o desvio padrão de cinco variáveis macroeconômicas, a taxa de inflação, taxa de câmbio real, taxa de juros, taxa de crescimento e taxa de desemprego dos países do Mercosul, União Monetária Europeia e Estados Unidos. Os resultados apontaram uma relevante volatilidade nas economias do Mercosul, pois as economias da integração econômica latinas são pouco estáveis. Os EUA e as economias da UME também apresentaram um elevado desvio padrão no período de 1999 a 2011, embora não tenham apresentado níveis tão altos quanto o Mercosul. Destaca-se que dentre os países que apresentaram desvio padrão mais elevado estão a Grécia, Irlanda, Espanha, Eslováquia e Eslovênia.

Tabela 6 – Desvio padrão das principais variáveis econômicas do Mercosul, UME e Estados Unidos no período de 2000 a 2011

Áreas	Países	Taxa de Inflação	Taxa de câmbio real	Taxa de juros	Taxa de crescimento	Taxa de desemprego
Mercosul	Argentina	7,01	-	10,10	6,73	4,40
	Brasil	2,87	26,35	9,27	2,33	2,10
	Paraguai	3,15	17,77	5,32	4,97	4,95
	Uruguai	4,31	17,91	27,15	5,26	3,96
UME	Áustria	0,80		-	2,04	0,51
	Bélgica	1,08		1,15	1,70	0,67
	Chipre	1,19		1,38	2,09	1,19
	Estônia	2,64		3,91	7,04	3,63
	Finlândia	1,24		0,77	3,67	1,07
	França	0,71		0,66	1,71	0,72
	Alemanha	0,66		0,97	2,53	1,51
	Grécia	0,86		3,64	4,29	2,51
	Irlanda	2,89	7,06	0,76	4,35	3,87
	Itália	0,68		0,71	2,31	1,31
	Luxemburgo	0,84		-	3,33	1,19
	Malta	0,85		1,34	2,42	0,53
	Países Baixos	0,93		0,96	2,06	0,84
	Portugal	1,28		-	1,87	2,70
	Eslováquia	3,60		2,93	3,79	3,25
	Eslovênia	2,66		2,22	3,74	0,99
Espanha	1,16		0,75	2,44	4,36	
USA		1,13	8,54	1,94	1,92	1,96

Fonte: IBGE (2013), IMF (2013), INDEC (2012), INDEC (2013), INE (2012a), INE (2012b) World Bank (2013)

O critério proposto por Kenen (1969) e considerado pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas, sugere que quanto mais diversificada a economia, menos provavelmente experimenta choques assimétricos. Assim, a desvalorização da moeda doméstica não seria desejável, porque mudanças permanentes na taxa de câmbio nominal podem afetar as variáveis reais apenas temporariamente. A Tabela 7 mostra a diversificação setorial dos países do Mercosul, da União Monetária Europeia e EUA no ano de 2011.

Tabela 7 – Participação setorial no Produto Interno Bruto nominal em 2011(%)

Área	Países	Agricultura	Indústria	Serviços
Mercosul	Argentina	10,0	30,7	59,2
	Brasil	5,5	27,5	67,0
	Paraguai	23,1	18,6	58,3
	Uruguai	9,4	21,7	68,9
UME	Áustria	1,5	29,5	69,0
	Bélgica	0,7	21,6	77,7
	Chipre	2,3	16,4	81,2
	Estônia	3,6	30,2	66,1
	Finlândia	2,9	27,7	69,4
	França	1,8	18,7	79,5
	Alemanha	0,8	28,6	70,6
	Grécia	3,3	17,9	78,9
	Irlanda	2,0	29,0	69,0
	Itália	2,0	24,70	73,40
	Luxemburgo	0,4	13,6	86,0
	Malta	1,9	17,2	80,9
	Países Baixos	2,7	24,2	73,0
	Portugal	2,6	23,1	74,4
	Eslováquia	3,8	35,5	60,7
	Eslovênia	2,6	26,7	70,6
Espanha	3,2	25,2	71,6	
EUA		1,2	19,2	79,6

Fonte: Central Intelligence Agency - CIA (2013)

De acordo com esse critério quanto maior a participação dos setores econômicos como agricultura, indústria e serviços, menos audaciosa será a repercussão de um choque específico de demanda ou oferta setorial. Dessa forma a diversificação setorial pode favorecer o abandono da taxa de câmbio como instrumento de ajuste macroeconômico.

As participações da agricultura, construção, energia e mineração no produto foram mais elevadas nos países do Mercosul do que na Alemanha, EUA, França e Japão no ano de 1994⁶, embora o valor proporcional do produto gerado pela indústria e pelos serviços da Argentina e do Brasil fossem próximos aos das principais potências econômicas no período, de acordo com Triches (2003). Na Tabela 7, nota-se que as participações da agricultura permanecem mais elevadas nos países do Mercosul do que na UME e EUA, porém os setores de indústria de serviços apresentaram elevadas participações inclusive na UME e EUA e o setor de serviços continua sendo o que abrange o maior percentual. Dessa forma a diversificação setorial é verificada nas economias do Mercosul no ano de 2011, tal como em 1994, o que poderia favorecer o abandono da taxa de câmbio como instrumento de ajuste macroeconômico.

Nas tabelas 8 e 9 foram reportados os cálculos de correlação entre as taxas de inflação, taxas de câmbio, taxas de desemprego e de crescimento para permitir avaliar a relação entre as variáveis macroeconômicas nas economias do Mercosul no período de 2000 a 2011.

Tabela 8 – Correlação da taxa de inflação e taxa de câmbio das economias do Mercosul no período de 2000 a 2011.

Países	Taxa de inflação			Taxa de câmbio		
	Brasil	Paraguai	Uruguai	Brasil	Paraguai	Uruguai
Argentina	0,2672	0,3895	0,6333			
Brasil	1,0000	0,6392	0,7869	1,0000	0,8448	0,6320
Paraguai	0,6392	1,0000	0,6140	0,8448	1,0000	0,8030
Uruguai	0,7869	0,6140	1,0000	0,6320	0,8030	1,0000

Fonte: IMF (2013), World Bank (2013)

Considerando inicialmente a correlação entre as taxas de inflação, observa-se que não existe alta correlação em torno dos movimentos da taxa de inflação dos quatro países. A menor correlação das taxas de inflação ocorre entre Argentina e Brasil, enquanto o valor mais elevado é entre as economias uruguaia e brasileira, com 0,7869, ainda distante do máximo, ou seja, 1,00, a correlação é positiva entre todos os países. As correlações das taxas de câmbio apontaram valores mais elevados, mas também não existe alta correlação em torno dos movimentos da taxa de câmbio dos quatro países. A menor correlação das taxas de câmbio ocorre entre Uruguai e Brasil e o valor mais elevado é entre as economias paraguaia e brasileira, mas a correlação é positiva entre todos os países do Mercosul.

⁶ Conforme poderá ser verificado no anexo na Tabela II -Participação da produção total por categorias dos países do Mercosul e das principais economias mundiais (%).

Tabela 9 – Correlação da taxa de desemprego e taxa de crescimento das economias do Mercosul no período de 2000 a 2011.

Países	Taxa de desemprego				Taxa de crescimento			
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Argentina	1,0000	0,2953	0,8024	0,9799	1,0000	0,4233	0,5739	0,8928
Brasil	0,2953	1,0000	-0,3552	0,4401	0,4233	1,0000	0,7142	0,5232
Paraguai	0,8024	-0,3552	1,0000	0,7128	0,5739	0,7142	1,0000	0,6136
Uruguai	0,9799	0,4401	0,7128	1,0000	0,8928	0,5232	0,6136	1,0000

Fonte: IBGE (2013), INDEC (2012), INE (2012a), UNCTAD (2012)

Na Tabela 9 foram representadas as correlações das taxas de desemprego e taxas de crescimento entre as economias do Mercosul no período de 2000 a 2011, nota-se que os movimentos das taxas de crescimento apresentaram correlação positiva porém não se confirmou a existência de elevados índices de correlação, como já foi observado na década de 90.⁷ A correlação mais alta é entre Argentina e Uruguai com 0,8928 e a mais baixa entre as economias brasileira e argentina, de 0,4233.

A variável taxa de desemprego foi a única que apresentou correlação negativa entre Brasil e Paraguai, indicando que as variáveis moveram-se em direções opostas entre os dois países. Por outro lado, a variável taxa de desemprego foi a única que apresentou alta correlação entre as economias uruguaia e argentina com 0,9799. Todas as outras correlações foram positivas porém com valores pouco relevantes.

Tais resultados apontam que as flutuações observadas na taxa de crescimento, no emprego, preços, bem como taxas de câmbio são minimamente correlacionadas dentro da região do Mercosul. Os níveis de correlação são muito inferiores aos verificados na década de 90 por Triches (2003).⁸ Diante disso, os custos incorridos com o abandono de instrumentos de política cambial no Mercosul podem ser elevados, aponta-se então sinais desfavoráveis para a adoção de um regime de taxa de câmbio fixa ou ausência de uma aproximação a uma área monetária.

Foram observados alguns retrocessos na integração econômica latina como as excessivas medidas restritivas adotadas pelos países participantes, a dificuldade em implementar a livre circulação de bens e serviços entre os países, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, além de uma política macroeconômica e setorial entre os integrantes que assegure condições adequadas de concorrência entre eles.

⁷ Conforme Tabela 13 em anexo.

⁸ Ver em anexo Tabelas 12 e 13.

Os critérios de unificação monetária aqui expostos incluíram a mobilidade do fator trabalho, realidade ainda distante para o Mercosul, visto que o percentual de migrantes intra sul-americanos vem reduzindo nos últimos anos. Quanto a influência da abertura da economia, constatou-se um elevadíssimo grau de abertura das economias americanas, grau de abertura médio do Mercosul e um baixo grau de abertura comercial na União Monetária Europeia, o que indica maiores custos em abandonar a política cambial doméstica e ingressar em uma união monetária. O critério da diversificação de produtos é o único que continua favorecendo o abandono da taxa de câmbio como instrumento de ajuste macroeconômico no Mercosul, pois a diversificação setorial é verificada nas economias do Mercosul no ano de 2011.

Outras evidências foram quanto às flutuações observadas na taxa de crescimento, no emprego, preços, bem como taxas de câmbio que se mostraram minimamente correlacionadas dentro da região do Mercosul, o que permite afirmar que não houve a identificação de grupos homogêneos de países dentro do bloco.

5 CONCLUSÕES

A situação econômica atual do Mercosul e da União Monetária Europeia foram abordadas através de uma análise em contraponto aos critérios de convergência estabelecidos. A análise das informações apresentadas permitiu constatar que há uma grande heterogeneidade econômica entre os países pertencentes a Zona do Euro assim como entre os países do Mercosul. Na Zona do Euro, a rigor os critérios de convergência não tem sido sistematicamente cumpridos pelos países aderentes a unificação monetária no ano de seu ingresso. A flexibilização no que tange a convergência monetária da integração europeia permanece no período pós crise, pois conforme demonstrado através de dados estatísticos no terceiro capítulo desta dissertação as economias europeias ainda não conseguiram se recuperar.

No que tange ao Mercosul, constatou-se que ainda há muito o que progredir em relação à consolidação da União Aduaneira e à constituição de um mercado comum com todas as suas características de integração. A consolidação do Mercosul vem trazendo claros benefícios de ordem econômica como comércio mais intenso, maiores investimentos intra-regionais, políticos, maior aproximação com seus vizinhos e benefícios culturais como maior integração com a América do Sul. Alguns avanços da integração econômica como o aumento do poder de barganha dos países-membros no cenário internacional e o incremento no comércio regional merecem ser apontados. Bem como os acordos de livre comércio, tratados de preferências fixas e a retomada de negociações em 2012.

Os critérios de unificação monetária aqui abordados incluíram a mobilidade do fator trabalho proposta por Mundell (1961), realidade ainda distante para as integrações econômicas, visto que o percentual de migrantes intra sul-americanos vem reduzindo nos últimos anos e as baixas taxas de mobilidade geográfica na União Monetária Europeia; a influência da abertura da economia assinalada por Mckinnon (1963), onde constatou-se um baixo grau de abertura comercial na União Monetária Europeia e um grau de abertura um pouco maior no Mercosul, o que indica maiores custos em abandonar a política cambial doméstica e ingressar em uma união monetária, ambos resultados foram muito inferiores ao grau de abertura dos EUA. O critério da diversificação de produtos proposto por Kenen (1969) foi o único verificado nas economias do Mercosul no ano de 2011.

Os resultados indicaram que as flutuações observadas na taxa de crescimento, no emprego, preços, bem como taxas de câmbio são minimamente correlacionadas dentro da região do Mercosul no período de 2000 a 2011, os níveis de correlação são muito inferiores

aos verificados na década de 90. Não houve a identificação de grupos homogêneos de países dentro do bloco latino. No período de 1999 a 2011 os resultados apontaram relevante volatilidade nas economias do Mercosul e os países da UME também apresentaram um elevado desvio padrão no período, embora não tenham apresentado níveis tão altos quanto o Mercosul. Destaca-se que dentre os países que apresentaram desvio padrão mais elevado na UME estão a Grécia, Irlanda, Espanha, Eslováquia e Eslovênia, alguns dos países mais afetados pela crise europeia.

No que tange a União Monetária Europeia, a crise financeira de 2008 fez crescer consideravelmente a dívida pública na maioria dos países membros. No entanto, o euro protegeu as economias mais vulneráveis do risco de desvalorização durante a crise e os ataques de especuladores. Foram discutidas a necessidade de convergência dos indicadores econômicos e financeiros para o sucesso da UME, analisando a estabilidade dos critérios e as dificuldades inerentes a sua manutenção. O sistema de tomada de decisão comum depende em grande medida, de acordos entre os governos nacionais. Sendo assim, pode-se dizer que a União Monetária Europeia não se ajusta a um esquema constitucional estabelecido. Tal integração é muito avançada, mas ainda não pode ser comparada a uma área monetária ótima.

Por fim, sugere-se como uma análise futura uma investigação mais profunda sobre a aproximação do Mercosul e União Monetária Europeia dos critérios estabelecidos pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas e também sobre a possível satisfação desses critérios após a unificação monetária.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, J. C. Moeda única como instrumento de integração da América do Sul. **America Latina en Movimiento**, Quito, 17 fev. 2006. Disponível em: <<http://alainet.org/active/10594>>. Acesso em: 12 set. 2011.
- AVERBUG, A. **Mercosul: conjuntura e perspectivas**. Rio de Janeiro: BNDES, 1998. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Mercosul/199812_8.html>. Acesso em: 26 mar. 2012.
- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier : Campus, 2004.
- BBC BRASIL. Protecionismo e entrada da Venezuela minaram Mercosul, diz 'Economist'. **Estadão.com.br**, São Paulo, 13 jul. 2012. Economia & negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral-economia,protecionismo-e-entrada-da-venezuela-minaram-mercosul-diz-economist,119243,0.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2013.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Balanco de política externa 2003/2010**. Brasília, DF, [2011?]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acesso em: 08 jan. 2013
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **AliceWeb Mercosul**. [Brasília, DF, 2012a]. Disponível em: <<http://www.alicewebmercosul.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 01 set. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial mensal**. Brasília, DF, [2012b]. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 08 jan. 2013.
- BRASIL. Secretária de Comunicação Social da Presidência da Republica – SECOM. **Informes**. [Brasília, DF, 2012c]. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/publicacoes/caderno-destaques/caderno-destaques>> Acesso em: 27 dez. 2012.
- CARBAUGH, R. J. **Economia internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. **The world factbook**. Washington, DC, 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ar.html>> Acesso em: 08 jan. 2013.
- COMISSÃO EUROPEIA. Uma moeda para a Europa: 2007. Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication6730_pt.pdf> Acesso em: 30 set. 2012.
- CORDEN, W. **Monetary integration**. Princeton, NJ: Princeton University. International Finance Section, 1972. (Essays in international finance, n. 93).

D'ARCY, François **União Europeia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2002.

DORRUCCI, E. et al. **European integration: what lessons for other regions? The case of Latin America**. Frankfurt am Main: European Central Bank, 2002. (ECB Working Paper, n. 185).

EICHENGREEN, B. **Does Mercosur need a single currency**. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research, 1998. (NBER working papers series. Working paper, 6821). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w6821.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2011.

EICHENGREEN, B. **Is Europe an optimum currency area?** Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research, 1991. (NBER working papers series. Working paper, 3579). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w3579>>. Acesso em: 2 maio 2011.

EICHENGREEN, B. One money for Europe? Lessons from US currency and customs Union. **Economic Policy**, Cambridge, Mass., v. 5, n. 10, p. 117-187, 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1344577>>. Acesso em: 2 maio 2011.

EUROPEAN CENTRAL BANK- ECB. **Statistical data warehouse**. Frankfurt am Main: [2012]. Disponível em: <<http://sdw.ecb.europa.eu/browse.do?node=9138811>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. Eurostat. **Statistics**. [S.l., 2012a]. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>> Acesso em: 01 set. 2012.

EUROPEAN COMMISSION. Eurostat. **Statistics database**. [S.l., 2012b]. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database> Acesso em: 01 set. 2012.

FLORIDA INTERNATIONAL UNIVERSITY – FIU. Center for International Business Education and Research – CIBER. Disponível em: <<http://ciber.fiu.edu/pdibmercotur.php>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

FONTAINE, P. **A Europa em 12 lições**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2010. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/publications/>> Acesso em: 25 mar. 2012.

FRANKEL, J. A.; ROSE, A. K. Is EMU more justifiable ex post than ex ante? **European Economic Review**, Amsterdam, v. 41, n. 3/5, p. 753-760, Apr. 1997a. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0014292197000342>>. Acesso em: 9 jan. 2012.

FRANKEL, J. A.; ROSE, A. K. **The endogeneity of the optimum currency area criteria**. Berkeley, CA, 1997b. Disponível em: <<http://faculty.haas.berkeley.edu/arose/ocaej.pdf>> Acesso em: 9 jan. 2012.

GIAMBIAGI, F. Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 04 (68), p. 05-30, out./nov. 1997.

GLOBAL TRADE ALERT. **Statistics**. London, 2013. Disponível em: <<http://www.globaltradealert.org/>> Acesso em: 08 jan. 2013.

GRUPO DE MONITORAMENTO MACROECONÔMICO - GMM. **Estatísticas**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<https://www.gmm-mercosur.org/selecionarTema>>. Acesso em: 06 jan. 2013.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Séries estatísticas**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - INE. **Actividad: empleo y desempleo**. Montevideo, 2012a. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - INE. **Indices de precios y salários**. Montevideo, 2012b. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPUBLICA ARGENTINA - INDEC. **Indice de precios al consumidor**. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/principal.asp?id_tema=10>. Acesso em: 08 jan. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPUBLICA ARGENTINA - INDEC. **Tasas de empleo y desempleo por regiones**. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/principal.asp?id_tema=29>. Acesso em: 08 jan. 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. **Data and statistics**. Washington, D.C., 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/data.htm>> Acesso em: 08 jan. 2013.

ISHIYAMA, Y. The theory of optimum currency areas: a survey. **IMF Staff Papers**, Washington, D.C., n. 22, p. 344-383, 1975.

JESUS, J. M. C. R. A teoria das áreas monetárias ótimas e os choques assimétricos na União Europeia. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 37-79, 2005.

KENEN, P. B. Theory of optimum currency areas: an eclectic view. In: CONFERENCE ON INTERNATIONAL MONETARY PROBLEMS, 1966, Chicago. **Monetary problems of the international economy**. Edited by R. A. Mundell and A. K. Swoboda. Chigago: University of Chicago Press, 1969. p. 41-60.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

McCALLUM, B.T. **Theoretical issues pertaining to monetary unions**. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research, 1999. (NBER working papers series. Working paper, 7393). Disponível em: <www.nber.org/papers/w7393.pdf>. Acesso em: 2 maio 2011.

McKINNON, R. I. Optimum currency areas. **American Economic Review**, Nashville, Tenn., v. 53, n. 4, p. 717-725, 1963.

MENDONÇA, H. F.; SILVA, A. Moeda única no Mercosul. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 115-129, jan./mar. 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/93-8.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

MERCOSUL. **Declaração presidencial sobre convergência macroeconômica**.

Florianópolis, 2000. Disponível em:

<http://www.mercosur.int/msweb/Documentos/Publicados/Declaraciones%20Conjuntas/003672370_CMC_15-12-2000__DECL-DPR_S-N_PT_ConvMacroEC.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2012

MUNDELL, R. A. A Theory of optimum currency areas. **American Economic Review**, Nashville, Tenn., v. 51, n. 4, p. 657-665, 1961. Disponível em:

<<http://www.aeaweb.org/aer/top20/51.4.657-665.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

OBSTFELD, M.; K. ROGOFF. **Foundations of international macroeconomics**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD.

Statistics. Paris, 2012. Disponível em: <<http://www.oecd.org/statistics/>> Acesso em: 01 set. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD.

Relatório inclusão: juventude e desenvolvimento humano. New York, [2009?]. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

RIGOLON, F.; GIAMBIAGI, F. **Áreas monetárias ótimas: teoria, unificação monetária européia e aplicações para o MERCOSUL**. São Paulo: FEA-USP/FIPE, 1999.

SOARES, T. M. **Comércio e ciclos na União Monetária Europeia**. 2007. 40 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Teoria Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-18102007-133226/publico/Dissertacao_Tiago_Soares.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

SOUCHAUD, S.; FUSCO, W. População e ocupação do espaço: o papel das migrações no Brasil. **Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 5-17, maio/ago 2012.

STOCCO, L. **Teoria das áreas monetárias ótimas e Mercosul**. 2005. 60 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) -- Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005. Disponível em: <tcc.bu.ufsc.br/Economia295535>. Acesso em: 12 jan. 2012.

TRICHES, D. **Economia política do Mercosul e aspectos monetários, cambiais e o Euro em perspectiva**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD.

Statistics. Geneva, 2012. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE - UNECE. **Statistics**. Geneva, 2012. Disponível em: < http://www.unece.org/stats/stats_h.html>. Acesso em: 28 dez. 2012.

WALSH, C. E. **Monetary theory and policy**. 3rd ed. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2010.

WORLD BANK. **Indicators**. Washington, DC, 2013. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>> Acesso em: 06 jan. 2013.

ANEXO A – TABELAS

Tabela 10 – Indicadores do grau de abertura da economia brasileira em comparação com o Mercosul e com outros grupos de economias ao longo da década de 90.

Anos/média	Exportações/PIB	Importações/PIB	Conta Corrente/PIB
1993	8,74	9,21	17,95
1994	8,40	9,88	18,28
1995	8,71	9,78	18,49
1996	8,73	9,98	18,71
1997	9,07	11,47	20,54
1998	8,92	11,50	20,42
Mercosul 2	8,76	10,30	19,06
Mercosul	17,32	22,15	39,47
EU 12	20,60	20,10	40,70
EU 10	20,70	20,00	40,60
Nafta 2	7,60	10,10	17,70
Nafta	7,80	10,20	18,00

Fonte: Triches (2003)

Tabela 11 – Participação da produção total por categorias dos países do Mercosul e das principais economias mundiais (%)

País	Agricultura	Construção	Energia e Mineração	Indústria	Serviços
Argentina	7,30	6,30	5,30	24,8	56,3
Brasil	8,30	9,50	4,60	21,5	56,1
Paraguai	27,40	5,40	6,10	14,1	47
Uruguai	5,70	6,20	4,30	16,7	67,1
Alemanha	2,10	6,10	4,20	38,3	49,3
EUA	2,30	5,50	5,80	22,2	64,2
França	4,70	6,60	3,80	27,8	57,1
Japão	3,10	8,10	4,20	31,4	53,2

Fonte: Triches (2003)

Tabela 12 – Correlação da taxa de crescimento do produto real e da taxa de desemprego na região do Mercosul nos anos 90

Países	Produto			Desemprego		
	Argentina	Brasil	Paraguai	Argentina	Brasil	Paraguai
Argentina						
Brasil	0,9286			0,32172		
Paraguai	0,95932	0,98408		0,482	0,84365	
Uruguai	0,99395	0,94575	0,96653	0,78426	0,54893	0,60393

Fonte: Triches (2003)

Tabela 13 – Correlação da taxa de inflação e da taxa de câmbio bilateral das economias do Mercosul nos anos 90

Países	Inflação			Taxa de câmbio real	
	Argentina	Brasil	Paraguai	Argentina	Paraguai
Argentina					
Brasil	0,72661				
Paraguai	0,5125	0,73537		0,78696	
Uruguai	0,84404	0,85457	0,56233	0,90272	0,796832

Fonte: Triches (2003)